

Paulo Vinícius Rodrigues de Matos

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte
2010

Paulo Vinícius Rodrigues de Matos

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada ao Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientador: Professor Lauro Soares de Freitas

Belo Horizonte
2010

Dedico este trabalho a todos aqueles profissionais que tem a árdua e nobre missão de combater o crime e promover segurança aos cidadãos. Homens que envergam a farda com honra e brio e, se preciso for, sacrificam a própria vida para defender a sociedade. Em especial aos milicianos do laborioso 22º BPM.

Ao Criador de todas as coisas.

Aos meus pais, que forjaram meu caráter e me guiaram no caminho da honestidade, da lei e da justiça.

À minha noiva Simone, pelo amor incondicional, a quem devo várias noites de sábado e passeios ao cinema.

Aos meus irmãos e ao meu sobrinho que com muita alegria, amizade e confiança me apóiam em todos os momentos.

Ao Mestre Lauro Soares de Freitas, professor na concepção da palavra, pelo entusiasmo e sabedoria com que orientou este trabalho.

Às bibliotecárias da APM que pacientemente arrumaram a bagunça feita durante as pesquisas.

Meus sinceros agradecimentos!

Por sete vezes desprezei a minha alma

Quando a vi disfarçar-se com a humildade para alcançar a grandeza;

Quando a vi coxear na presença dos coxos;

Quando lhe deram a escolher entre o fácil e o difícil, e escolheu o fácil;

Quando cometeu um mal e consolou-se com a idéia de que outros cometem o mal também;

Quando aceitou a humilhação por covardia e atribuiu sua paciência à fortaleza;

Quando desprezou a feiúra de uma face que não era, na realidade, senão uma de suas próprias máscaras;

Quando considerou uma virtude elogiar e glorificar.

Gibran Khalil Gibran

RESUMO

Pela sua ampla difusão mundial, a filosofia de Polícia Comunitária tem sido classificada como a mais importante inovação no ambiente policial nas últimas três décadas. Esta importância também tem se refletido em uma rica e crescente produção científica mundial. Pesquisas recentes têm revelado que o modelo de policiamento foi o tema mais estudado nos primeiros anos do século XXI no que tange, especificamente, a literatura policial. As primeiras experiências de policiamento comunitário em Minas Gerais iniciaram no final da década de 80 e ganharam força no ano de 1999 na cidade de Belo Horizonte. Acompanhando estas transformações organizacionais, a produção científica sobre Polícia Comunitária conduzida por policiais militares aumentou de maneira considerável na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais (APM/MG). Esta pesquisa teve o objetivo de compreender as características e o status atual da produção científica sobre Polícia Comunitária desenvolvida na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Utilizando uma abordagem descritiva e quantitativa, este estudo mapeou e analisou um total de 129 bibliografias produzidas por militares entre janeiro de 2000 a setembro de 2010. As principais conclusões deste estudo são que a maioria das pesquisas produzidas na APM-MG utilizaram abordagens quantitativas e foram produzidas por policiais que ocupam posições intermediárias ou de nível tático na organização. Além disso, constatou-se que o volume de trabalhos teve um crescimento expressivo no período de 2002 a 2007, acompanhando uma tendência mundial. Apesar deste crescimento, alguns temas como: os programas Fica Vivo e a Rede de Vizinhos Protegidos; aspectos que tratam dos Recursos Humanos e a valorização das ações preventivas comunitárias; e indicadores de avaliação do policiamento comunitário são pouco explorados e representam boas oportunidades de estudo.

Palavras-chave: Polícia Comunitária, Produção Acadêmica, Academia da Polícia Militar de Minas Gerais.

ABSTRACT

For its world wide distribution, the philosophy of Community Policing has been ranked as the most important innovation in the environmental police for three decades. This importance has also been reflected in a rich and growing scientific world. Recent research has revealed that the model of policing was the most studied topic in the early years of the century when it comes specifically to police literature. The first experiments in community policing began in Minas Gerais in the late 80's and gained momentum in 1999 in Belo Horizonte. Accompanying these organizational changes, the scientific literature about Community Police led by military police has increased significantly in the Academy of Military Police of Minas Gerais (APM/MG). This research is aimed to understand the characteristics and current status of scientific literature about Community Police developed at the Academy of Military Police of Minas Gerais. Using a descriptive and quantitative approach, this study mapped and analyzed a total of 129 bibliographies produced by the military between January 2000 and September 2010. The main conclusions are that most of the research produced in the APM/MG used quantitative approaches and were caused by police officers in positions intermediate or tactical level in the organization. Moreover, it was found that the volume of work has grown dramatically in the period 2002 to 2007, following a worldwide trend. Despite this growth, some topics such as the "Fica Vivo" Program and the Network of Protected Neighbours; aspects dealing with human resources and enhancement of preventive community, and evaluation indicators of community policing are poorly explored and represent good opportunities for study.

Keywords: Community Policing, Academic Production, Academy of Military Police of Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Método lara do policiamento orientado para o problema	21
Figura 2 - Etapas da pesquisa	39
Quadro 1 - Principais pesquisadores internacionais sobre Polícia Comunitária e suas obras	67
Quadro 2 - Óbices para a implantação do policiamento comunitário	26
Gráfico 1 - Evolução da produção científica sobre Polícia comunitária na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (2000-2009)	42
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhos por objetivo pretendido	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da produção científica sobre Polícia Comunitária por cursos	44
Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos produzidos por local estudado	45
Tabela 3 - Objetos de estudos da categoria Programas ou Projetos Preventivos Comunitários	47
Tabela 4 - Objetos de estudo da categoria Polícia Comunitária e contexto de atuação	49
Tabela 5 - Objetos de estudo da categoria Estratégias e Ações Preventivas Comunitárias	51

LISTA DE ABRAVIATURAS E SIGLAS

APM	- Academia de Polícia Militar
BCM	- Base Comunitária Móvel
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
CESP	- Curso de Especialização em Segurança Pública
CEGESP	- Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
CONSEP	- Conselho Comunitário de Segurança Pública
Cia	- Companhia
Cia Esp	- Companhia Especial
CONSEP	- Conselho Comunitário de Segurança Pública
DPO	- Diretriz de Planejamento das Operações
DPSSP	- Diretriz para a Produção dos Serviços de Segurança Pública
GEPAR	- Grupamento Especializado em Policiamento em Áreas de Risco
GPAE	- Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
PMERJ	- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMMG	- Polícia Militar de Minas Gerais
POP	- Policiamento Orientado para o Problema
PPC	- Posto de Policiamento Comunitário
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
RPM	- Região de Polícia Militar
RVP	- Rede de Vizinhos Protegidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	POLÍCIA COMUNITÁRIA	14
2.1	Conceitos e Princípios	15
2.2	<i>Problem-Oriented Policing</i> - Polícia Orientada ao Problema (POP)	19
2.2.1	O Método IARA	21
2.3	A produção científica internacional sobre Polícia Comunitária	23
2.4	A produção científica nacional sobre Polícia Comunitária	27
2.5	A implantação da Polícia Comunitária no Estado de Minas Gerais	30
3	PERCURSO DE PESQUISA	36
3.1	Tipo, natureza e método da pesquisa	37
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	42
4.1	Campos de pesquisa pouco explorados	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICE A	67
	APÊNDICE B	71

1 INTRODUÇÃO

Pela sua ampla difusão mundial, a Filosofia de Polícia Comunitária tem sido classificada como a mais importante inovação no ambiente policial nos últimos tempos (SCHEIDER *et al.*, 2009; ROBERTS; ROBERTS, 2007; TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994). Há teóricos que inclusive a consideram como uma inovação radical de polícia (KING, 1998), e outros que, pelo alto grau de mudança organizacional que a Polícia Comunitária implica, classificam-na como uma verdadeira “Reforma Policial” (ROSENBAUM; LURIGIO, 1994).

De fato, a implementação da Polícia Comunitária pressupõem uma significativa transformação na estrutura organizacional (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994), nas atividades de gestão e na capacitação dos policiais para a criação de parcerias comunitárias e solução proativa de problemas. Por esta razão, neste estudo a Polícia Comunitária é o objeto principal de análise, sendo considerada como uma inovação organizacional capaz de gerar um grande número de criações de serviços de prevenção.

Dois fatos alavancaram a implementação de experiências de Polícia Comunitária nas polícias brasileiras. O primeiro foi o regime democrático estabelecido pela Constituição de 1988, e que é visto por Beato (1999), como o grande patrocinador da Polícia Comunitária no Brasil. O segundo foi a realização do 1º Congresso Internacional sobre Policiamento Comunitário em 1991, evento que lançou a semente de policiamento comunitário no Brasil e contou com a participação de pesquisadores e comandantes de várias polícias norte-americanas e canadenses (FREITAS, 2003). A partir deste evento, o modelo de polícia comunitária brasileiro tem recebido uma forte influência de modelos norte-americanos (Estados Unidos e Canadá) e Japoneses.

A partir destes fatos, o interesse pelo tema Polícia Comunitária tem despertado a atenção não somente da comunidade acadêmica mas também dos encarregados de aplicação da lei e, em especial, dos policiais militares.

Como instituição pública prestadora de serviços, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) busca sempre acompanhar a evolução que ocorre no seio da sociedade. Por isso está atenta às demandas e anseios que inevitavelmente são gerados pelas mudanças. A polícia que deseja estar na vanguarda dos acontecimentos deve ter a capacidade de diagnosticar e fazer conjecturas a respeito de fatos que dizem respeito à segurança da comunidade. Nesse contexto, a polícia comunitária é uma estratégia que torna possível a identificação e a antecipação dos problemas de segurança pública, ao mesmo tempo em que aproxima a polícia da comunidade.

As primeiras experiências de policiamento comunitário em Minas Gerais aconteceram de maneira informal e isolada no final da década de 80 sendo que uma primeira tentativa de torná-lo um Modelo Institucional fracassou no início dos anos 90 conforme destaca o trabalho de Souza (1999). Uma segunda tentativa de implantação iniciou-se no ano de 1999 na cidade de Belo Horizonte. Desde então, diversas diretrizes e mudanças institucionais foram produzidas pela Polícia Militar de Minas Gerais, e vários eventos e programas de treinamentos sobre Polícia Comunitária têm acontecido em todo o Estado numa tentativa de consolidar sua implementação.

Acompanhando estas transformações organizacionais, a produção científica sobre Polícia Comunitária conduzida por policiais militares aumentou de maneira considerável na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, principalmente a partir do ano 2000. Esta realidade motivou o seguinte questionamento de pesquisa: *“Quais as características da produção científica sobre Polícia Comunitária desenvolvida pelos policiais militares de Minas Gerais?”*

Alinhada a esta pergunta de pesquisa, **o objetivo geral** deste trabalho é: *“Analisar o Estado da Arte dos estudos relacionados ao tema Polícia Comunitária produzidos por*

policiais militares na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, no período de janeiro de 2000 a setembro de 2010”.

Para o alcance deste objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- a) classificar os trabalhos quanto as suas origens (cursos); natureza de pesquisa (qualitativa e/ou quantitativa); seus objetivos; objeto central e contexto geográfico de investigação;
- b) descrever a evolução dos estudos no período de tempo delimitado, avaliando possíveis razões para o seu aumento ou diminuição;
- c) identificar campos de pesquisa pouco explorados que representariam oportunidades para futuras pesquisas;

Além desta introdução, o presente estudo foi dividido em mais quatro seções. Na segunda seção o tema polícia comunitária é conceituado e os seus princípios apresentados. Ainda nesta seção será feito uma síntese das principais publicações sobre polícia comunitária no âmbito nacional e internacional, bem como será apresentada a evolução de sua implementação na Polícia Militar de Minas Gerais.

A terceira seção deste trabalho apresenta o percurso e os instrumentos de pesquisa utilizados. A quarta seção retrata e analisa as principais informações obtidas em campo. A quinta e última seção apresenta as conclusões e considerações finais desta pesquisa.

2 POLÍCIA COMUNITÁRIA

O crescimento das taxas de criminalidade e violência no país nas duas últimas décadas tem causado grande sensação de insegurança na sociedade. Após inúmeras estratégias fracassadas de se combater o crime, as agências de segurança pública estão voltando suas atenções para algo mais importante: a prevenção (SAPORI, 2007). Diante desse fato, há um consensual reconhecimento na literatura do importante papel da sociedade nas questões de segurança pública. Atualmente, o pensamento dominante indica que à polícia não cabe apenas o atendimento de ocorrências, uma simples reação à eclosão do delito. É necessário que se combata as causas do problema e que a principal preocupação seja com antecipação do fato criminoso (GOLDSTEIN, 1990).

As primeiras experiências de policiamento comunitário são creditadas a Sir. Robert Peel no início do século XIX, quando foi criada a Polícia Metropolitana de Londres. Peel, então Ministro do Interior, buscou modernizar a polícia inglesa, rompendo com o modelo de polícia a serviço de objetivos políticos e capaz de ameaçar liberdades individuais. O objetivo de Pell era minimizar as altas taxas de crime que ocorriam na época, além de reduzir os abusos policiais e aproximar a sociedade da polícia. Os policiais receberam uniformes azuis, pois assim seriam identificados mais facilmente. Além disso, eles foram espalhados pelas ruas de Londres, a pé e desarmados. Desta forma eles deveriam se aproximar da comunidade sem passar medo, por estarem desarmados, e aumentando a sensação de segurança, por estarem ostensivos.

A partir da experiência Britânica, vários países desenvolveram modelos próprios de policiamento com a participação comunitária. Dentre eles, as experiências mais famosas remetem aos Estados Unidos, Canadá e Japão. Rolim (2006, p. 67) mostra como os modelos de polícia comunitária tem se tornado presente nas instituições policiais ao redor do mundo.

“Há uma importante modificação doutrinária em curso entre as polícias: em praticamente todos os países a idéia de policiamento comunitário está ganhando espaço e, em muitos casos, já se transformou no novo discurso oficial. Nos EUA, por exemplo, a idéia é, atualmente, parte integrante dos objetivos governamentais. Também no Canadá, o PC tem sido muito promovido pelo governo federal. (...) Grande parte dos países da Europa Ocidental vive um processo semelhante e iniciativas de policiamento comunitário podem ser encontradas em todos os continentes. Skolnik e Bayley (2002) pesquisaram projetos de PC na Austrália, Canadá, Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Grã-Bretanha, EUA, Japão e Cingapura.”

Nesta seção serão apresentados os princípios e conceitos de polícia comunitária, com as definições dos principais estudiosos do tema. A publicação científica internacional conta com a colaboração de autores como Trojanovick, Skolnick, Bayley, Brodeur, Bucqueroux, Mastrofski, Rosenbaum e Skogan, frequentemente citados nos mais diversos trabalhos sobre o assunto. Na produção nacional os autores destacados são Beato, Cerqueira, Túlio Kahn, Saponi e E. Souza, que desenvolveram as primeiras obras sobre o desenvolvimento da polícia comunitária no Brasil.

2.1 Conceitos e princípios

Apesar do desenvolvimento da filosofia de polícia comunitária ao redor do mundo nos últimos 30 anos, seu conceito ainda parece ser confuso para muitos policiais e acadêmicos.

Skolnick e Bayley (2006, p. 15) afirmam que ao mesmo tempo em que todo mundo fala sobre policiamento comunitário, o consenso acerca de seu significado ainda é pequeno. Riccio *et al.*, (2006, p. 387) consideram que

“(...) existem diversos exemplos e estudos empíricos na literatura internacional sobre os resultados da implantação do policiamento comunitário. No Brasil, o assunto ainda é pouco citado e estudado, e quando tratado, os conceitos da técnica são confundidos com uma aproximação maior do policial junto à comunidade.”

O conceito de Polícia Comunitária elaborado por Trojanovicz e Bucqueroux (2003, p. 4), foi escolhido pela PMMG e por este trabalho. Nele, a polícia comunitária é definida como:

“(...) uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade”.

Polícia comunitária, que na definição de Trojanovicz é tratada como uma filosofia de trabalho, não pode ser confundida com policiamento comunitário, que é a execução do policiamento junto com a comunidade.

Brodeur (2002) também aponta como aspecto positivo, a simpatia das pessoas com o termo, gerando apelo de participação da sociedade sempre que a polícia promove programas em nome do policiamento comunitário. O aspecto negativo se refere ao fato de que os chefes de departamento, cientes da influência positiva do termo “polícia comunitária” na sociedade, utilizam esta denominação para qualquer programa de policiamento que pretendem desenvolver em sua área de responsabilidade, ainda que não tenha relação direta com o policiamento comunitário. Ocorre uma “vulgarização” do termo polícia comunitária, pois todo programa passa a ser feito em seu nome.

“Policiamento comunitário é um termo muito popular, mas que tem múltiplas definições. A popularidade e a ambigüidade desse conceito são, ao mesmo tempo, uma benção e uma maldição. Do lado positivo, todo mundo pode se identificar com o termo (...) e, assim, proporcionar o apoio popular que é necessário para engendrar a reforma policial a longo prazo. Pelo lado negativo, o conceito tem sido usado e abusado pelos chefes de polícia e políticos que empregam tal termo nebuloso para justificar todo e qualquer programa que queiram.” Brodeur (2002, p. 30)

Contudo, a polícia já utilizou outro conceito, diferente do elaborado por Trojanovicz e Bucqueroux para definir policiamento comunitário. Essa definição foi utilizada na elaboração da Diretriz de Planejamento de Operações nº 3008, publicada no ano de 1993 pela PMMG. Este documento que é considerado como referência doutrinária na implantação da polícia comunitária em Minas Gerais. O autor do conceito é Lee P. Brown e de acordo com ele

“O policiamento comunitário constitui-se no trabalho participativo entre a polícia e o público que respeita as leis, para prevenir o crime, prender os marginais, encontrar soluções para os problemas e melhorar a qualidade de vida da população.” (Lee P. Brown *apud* MINAS GERAIS, 1993)

Cerqueira (2001, p. 55) atrela o conceito de polícia comunitária ao de “resolução de problemas”, quando afirma que “A definição do policiamento comunitário põe como componentes centrais a parceria com a comunidade e a resolução de problemas”.

O policiamento comunitário não elimina o trabalho repressivo nem impede a polícia de apresentar respostas aos delitos, contudo a ênfase está na prevenção, como reforça Brodeur (2002, p. 33)

“Na teoria do policiamento comunitário, o controle do crime, o atendimento de emergência e a justiça – como concebidos tradicionalmente – recebem uma atenção menor, enquanto os serviços não-emergenciais recebem atenção maior.”

No novo modelo, de se “fazer polícia” com envolvimento comunitário, Bayley e Skolnick (2002) destacam a maneira com que deve ser construída a atuação policial:

“A premissa central (...) é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança (...) o policiamento comunitário impõe

uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem.”

Para elaborar um programa que esteja em sincronia com o real significado de polícia comunitária, alguns princípios devem ser observados e praticados permanentemente pelos integrantes das instituições policiais. Neste sentido, Trojanowicz e Bucqueroux (2003, p. 9), apresentam dez princípios:

- 1- Filosofia e Estratégia Organizacional;
- 2- Comprometimento com a Concessão de Poder à Comunidade;
- 3- Policiamento Descentralizado e Personalizado;
- 4- Resolução preventiva de problemas, a curto e longo prazo;
- 5- Ética, legalidade, responsabilidade e confiança;
- 6- Extensão do mandato policial;
- 7- Ajuda para as pessoas com necessidades específicas;
- 8- Criatividade e apoio básico;
- 9- Mudança interna;
- 10- Construção do Futuro.

Esses princípios são tratados como um novo contrato entre a polícia e a sociedade, fazendo com que aumente a confiança mútua e que a responsabilidade da segurança seja compartilhada entre as duas partes. Além disto, o policial deve ser reconhecido como a maior autoridade policial local e a ele deve ser dada autonomia para resolver os problemas da comunidade.

Como filosofia, a Polícia Comunitária é uma forma de pensar e estruturar a organização policial, e a estratégia nada mais é que a maneira pela qual a organização desenvolve e executa sua filosofia. Os princípios citados acima afirmam que a polícia deve permitir que o cidadão participe como pleno parceiro e contribua para a identificação, priorização e solução de problemas de segurança pública.

Uma forma de facilitar o entendimento sobre o que é a filosofia de Polícia Comunitária é tornando o seu conceito abstrato em algo mais concreto. A associação desta filosofia à metodologia de Polícia Orientada ao Problema é uma boa forma.

2.2 *Problem-Oriented Policing* - Polícia Orientada ao Problema (POP)

O Policiamento Orientado ao Problema, ou simplesmente POP, trata-se de uma metodologia para identificar e analisar causas de problemas, buscando novas soluções preventivas ou repressivas.

Dando ênfase ao processo de resolução de problemas, Oliveira (2008, p. 32) diz que

O policiamento para (re)solução de problemas, também conhecido como policiamento orientado para o problema (POP); é uma estratégia que tem como objetivo principal melhorar o policiamento profissional, acrescentando reflexão e prevenção criminal em conjunto com as comunidades atendidas.

Cerqueira (2001) afirma que Goldstein foi o responsável por detalhar o POP, no final da década de setenta, afirmando que o primeiro propósito do policiamento deveria ser a resolução de problemas, cabendo à polícia identificar e buscar as causas dos problemas que resultam nas chamadas policiais.

Essa estratégia busca identificar os problemas que realmente afligem a comunidade e orienta a polícia a agir nesses problemas. Para Campolina (2004, p. 36)

A resolução de problemas muda o foco da atuação da polícia que deixa de atender incidentes específicos, de maneira restrita, e passa a desenvolver sua capacidade para diagnosticar situações e estabelecer medidas de longo prazo.

Como bem lembra Campolina (2004, p. 36) o policiamento orientado para o problema não é, necessariamente, policiamento comunitário, tampouco este é obrigado a envolver o POP. Enquanto o policiamento comunitário busca o envolvimento da comunidade nas questões de segurança pública, o POP busca destacar os problemas enfrentados pela polícia sob um enfoque analítico. Para Oliveira (2008, p. 33)

(...) O POP desafia a polícia a lidar com a desordem e situações que causem medo, visando um maior controle do crime. Os meios utilizados são diferentes dos anteriores e inclui um diagnóstico das causas subjacentes do crime, a mobilização da comunidade e de instituições governamentais e não-governamentais. Encoraja uma descentralização geográfica e a existência de policiais generalistas e capacitados.

O POP se distingue do rádio-patrolhamento tradicional uma vez que neste a solução do problema é momentânea, visto que não são combatidas as causas desse problema, apenas seus efeitos. Posteriormente surgirão problemas semelhantes oriundos da mesma causa não combatida, despendendo novos recursos e esforços da polícia.

No policiamento tradicional (rádio-atendimento) a ação do policial é como receitar um analgésico para quem está com dengue. Traz alívio temporário, mas não resolve o problema, pois o mosquito (vetor) permanece picando as demais pessoas. A solução é provisória e limitada. Como a polícia não soluciona as causas ocultas que criaram o problema, ele, muito provavelmente, voltará a ocorrer. (SENASP, 2007, p.199)

Para dar uma resposta adequada, a polícia deve utilizar informações obtidas pelos membros da comunidade através de reuniões, do atendimento de ocorrências, de pesquisas e de outras fontes. Dessa forma, os policiais passam a ter uma visão clara do problema, conhecendo e combatendo de forma efetiva as causas que estão dando origem às ocorrências.

Os princípios básicos do POP são a identificação, análise, resposta e avaliação do problema, utilizando-se um método conhecido como I.A.R.A., originário da sigla inglesa S.A.R.A. (Scanning, Analysis, Response e Assessment).

2.2.1 O Método IARA

Desenvolvido por policiais e pesquisadores norte-americanos na década de 70 este modelo pode ser utilizado para solucionar problemas do crime e da desordem. É de simples compreensão para líderes comunitários e policiais da atividade fim, não compromete a eficácia e eficiência do POP e não vai de encontro a outros métodos (SENASP, 2007). A FIG. 1 ilustra resumidamente o ciclo seguido na metodologia IARA, demonstrando a rotatividade das ações de Identificação, Análise, Resposta e Avaliação.



Figura 1 - Método IARA no policiamento orientado para o problema.

Fonte: GOLDSTEIN, 2003, p. 36.

A primeira fase é de identificação e seu objetivo primário “é conduzir um levantamento preliminar para determinar se o problema realmente existe e se uma análise adicional é necessária”. O método IARA deve ser utilizado caso o problema seja identificado e

traga danos e preocupação para a polícia e para a comunidade, em ocorrências que se repitam e sejam similares em um ou mais aspectos, caso contrário, a situação deve ser tratada da maneira tradicional (SENASP, 2007, p 201).

A segunda fase é a análise, considerada o coração do processo pela sua importância na solução do problema. Nesse estágio busca-se aprender o máximo possível sobre o problema, suas causas prováveis, as pessoas e grupos envolvidos, além de se avaliar todas as atuais respostas e sua efetividade.

Depois de cumpridas a fase de identificação e a fase de análise, o desafio passa a ser procurar o meio mais efetivo de lidar com o problema, ou seja, desenvolver uma resposta para ele. Esse constitui o terceiro passo do processo e, para que as respostas desenvolvidas sejam adequadas, é necessário certificar-se de que elas estão bem focalizadas e diretamente relacionadas com o que foi aprendido na análise do problema.

Na quarta e última fase os policiais irão avaliar a efetividade de suas respostas. A avaliação é considerada chave para o método IARA, pois, se as respostas não são efetivas, as informações reunidas na etapa de análise devem ser revistas. Pode ser necessário obter mais informações antes de se desenvolver e testar nova solução (SENASP, 2007). Sobre essa fase Oliveira (2008, p. 46) afirma que

O policiamento orientado para o problema é uma estratégia “silenciosa”, pois geralmente as ações alcançadas não são divulgadas na mídia de massa. Por isso, a importância dos chefes policiais e lideranças comunitárias terem os objetivos bem claros para não haver dificuldades de avaliar (diariamente, semanalmente e mensalmente), a tarefa de cada policial. O ideal é fazer a avaliação durante todo o processo, para justamente realinhar algum desvio. Pois, é muito comum iniciar o cumprimento de um objetivo e surgirem outras demandas.

Alguns autores se destacam como referência internacional no assunto polícia comunitária. A próxima subseção vai destacar os principais autores e suas considerações sobre o tema.

2.3 A produção científica internacional sobre Polícia Comunitária

Apesar da produção acadêmica sobre o tema polícia comunitária ser relativamente nova no Brasil, diversos autores europeus e, principalmente, norte-americanos já investigavam o tema desde a década de 70 do século passado.

Um dos estudos recentes mais importantes sobre tendências da pesquisa policial é o desenvolvido por Telep et al., (2008). Os pesquisadores analisaram os objetos de estudos de publicações nos principais periódicos internacionais¹ e concluíram que o modelo de Polícia Comunitária tem sido o tema dominante no que tange as publicações relacionadas com a polícia. Cerca de 14,9% de toda a publicação mundial sobre polícia diz respeito a polícia comunitária. Outra informação interessante sobre este estudo é a de que as publicações sobre este tema tem tido um crescimento médio anual superior a 20%.

O APÊNDICE A deste estudo apresenta um rol contendo dez importantes pesquisadores com contribuição internacional sobre polícia comunitária e as suas respectivas obras.

De acordo com Skolnick e Bayley (2002) o modelo tradicional de policiamento entrou em colapso a partir da década de 70, devido ao aumento do número de crimes em locais como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Países Nórdicos. Algumas estratégias se

¹ A pesquisa foi feita sobre períodos internacionais relacionados à literatura policial. A análise se concentrou na publicação feita no intervalo dos anos 2000 a 2005.

mostraram infrutíferas, como aumento do número de policiais, além das rondas motorizadas com mais de dois policiais e realizadas aleatoriamente.

Para Skogan (2002) o motivo para o envolvimento do público é a convicção de que sozinha a polícia não pode criar comunidades seguras, tampouco mantê-las. A participação comunitária leva à redução das chamadas telefônicas para emergência policial, o que se justifica por três fatores:

- a) os problemas são antecipados ou tratados localmente;
- b) os policiais passam a se preocupar com a opinião dos cidadãos;
- c) aumento da profissionalização e das obrigações da polícia.

Em sua obra TROJANOWICZ (2002) demonstra que para se obter sucesso é necessário o comprometimento de todos os funcionários das organizações policiais com a filosofia de polícia comunitária. Este autor estimula os envolvidos a desenvolver meios de expressar a nova filosofia no trabalho, compensando assim a necessidade de manter uma resposta imediata e efetiva aos crimes individuais e às emergências. A meta é explorar iniciativas preventivas, se antecipando à ocorrência dos delitos.

Brodeur (2002) afirma que diferente dos outros enfoques, o modelo de policiamento comunitário se volta para a eficiência policial. Rosenbaum também trata da importância da eficácia e da eficiência no trabalho policial e no envolvimento com a comunidade, afirmando que

“O público espera que a polícia seja eficaz nos serviços que ela fornece; que ofereça serviços de maneira equitativa e justa para a comunidade; e que faça todo esforço para conseguir que estes serviços eficazes e justos sejam fornecidos a um custo mínimo para a sociedade, isto é, eficiência”.
(Rosenbaum, 2002, p. 32)

Da mesma forma Brodeur (2002, p. 32) afirma que “O modelo de policiamento comunitário vira os holofotes para a eficiência policial de uma maneira que outros enfoques não fazem.”

De acordo com Bayley e Skolnick (2006), quatro mudanças são consideradas essenciais para o desenvolvimento do policiamento comunitário. A primeira mudança diz respeito organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade. A segunda mudança enfoca a necessidade de reorientar as atividades de policiamento para atividades de mobilização comunitária e serviços não emergenciais. A descentralização do comando da polícia por áreas (setorização) é fundamental para delegar mais autonomia e responsabilidade aos policiais de linha de frente. A quarta e última mudança prima pela participação de pessoas civis, não-policiais, no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.

Para Bayley e Skolnick (2006), estudos de processos de implantação do policiamento comunitário em diversos países apontam quatro fatores cruciais para a implantação e consolidação deste tipo de policiamento:

- a) Envolvimento enérgico e permanente do chefe com os valores e implicações de uma polícia voltada para a prevenção do crime.
- b) Motivação dos profissionais de polícia por parte do chefe de polícia.
- c) Defesa e consolidação das inovações realizadas.
- d) Apoio público, da sociedade, do governo e da mídia.

Esses fatores encontram vários óbices no processo de implantação dos programas de polícia comunitária. O quadro a seguir destaca os principais obstáculos enfrentados:

QUADRO 2

Óbices para a implantação do policiamento comunitário.

Principais Óbices para implantação
A cultura da polícia tradicional, centrada na repressão imediata do crime e no uso da força para manter a lei e a ordem;
A expectativa ou a demanda da própria sociedade pela pronta resposta diante do crime e da desordem;
O corporativismo dos policiais, que temem pela perda do monopólio da polícia na área da segurança pública, além de aumentar sua responsabilidade pela segurança da sociedade;
A limitação de recursos que a polícia dispõe para se dedicar ao atendimento de ocorrências, a investigação criminal e a organização e mobilização da comunidade;
A falta de capacidade das organizações policiais de coordenar e avaliar o próprio trabalho;
A centralização da autoridade na cúpula das polícias;
Os antagonismos existentes na polícia: policiais da direção x policiais da execução; e policiais experientes x policiais novos;
Os conflitos entre a polícia e outros setores da administração pública;
As divisões e conflitos entre grupos e classes sociais no interior da comunidade.

O policiamento comunitário é algo inovador, incluído na história recente do policiamento. Sua implantação exige o enfrentamento de vários obstáculos e a

mudança de postura da polícia e da comunidade. A próxima subseção irá destacar os principais estudos sobre polícia comunitária realizado no país.

2.4 A produção científica nacional sobre Polícia Comunitária

De acordo com Beato (2001, p. 5), no Brasil, “a introdução do conceito de polícia comunitária coincide com o período de abertura democrática e com a Constituição de 88”. A partir desse momento as Polícias Militares passaram a ser responsáveis pela manutenção da ordem pública, executando o policiamento ostensivo nos Estados.

Para Saporì (2007) a história indica que segurança pública não era responsabilidade exclusiva do Estado e, em algumas épocas, como na Idade Média, esses problemas eram resolvidos em âmbito privado, sem a interferência do Estado. Em sua obra, Saporì (2007) cita a política de segurança pública em Minas Gerais, avaliando “ser possível implementar ações governamentais mais eficientes no controle da violência”.

De acordo com Dias Neto (2006, pag. 1) o amadurecimento de novas formas de interpretação e tratamento do tema da segurança urbana se deu a partir da década de oitenta, por meio de conceitos como “Nova Prevenção”, “Policiamento Comunitário” ou “Policiamento Orientado aos Problemas”. Contudo, esse autor afirma que a utilização indiscriminada desses conceitos contribui “para ocultar os rumos ambíguos do discurso da prevenção criminal”. Sobre o esforço analítico de contextualização dos problemas na instancia policial, Dias Neto (2006, p. 4) alega que

(...) esse esforço por identificar e compreender os conflitos geradores de insegurança de forma desvinculada das classificações contidas na legislação penal deu origem ao “policiamento orientado ao problema” (*problem-oriented policing*), desenvolvido teoricamente pelo professor Herman Goldstein, da Universidade de Wisconsin (1990), e que vem sendo implantado em conjugação com o policiamento comunitário.

Para Dias Neto (2006, p. 6), no policiamento comunitário “a polícia tem as suas competências e estruturas redefinidas, para poder interagir com outras organizações no processo de identificação, análise e gestão dos problemas.”

Sobre os benefícios do desenvolvimento do policiamento comunitário, Riccio *et al* (2006), afirmam que

“um novo enfoque policial envolvido no processo de compreensão do relacionamento existente entre dois atores (polícia e comunidade) trará benefícios ímpares no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas e aos caminhos para a diminuição da exclusão social”

De acordo com esses autores, as iniciativas para combate do aumento da violência no cenário internacional surgiram nos anos 60. Dentre as inúmeras soluções tentadas naquela época, aquelas que apresentaram melhores resultados estavam ligadas à interação entre polícia e comunidade. A partir daí

Surge então a idéia de um policiamento ligado diretamente às necessidades dos atores envolvidos, buscando uma maior integração e reconhecendo que o cidadão, vivendo em área de risco social, deve ser visto de forma respeitosa. Nasce então o policiamento comunitário”. (Riccio et al, 2006, p.1)

Para Riccio *et al* (2006) a implantação do policiamento comunitário no Brasil, baseado em alguns projetos bem sucedidos de combate ao crime, ocorreu no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro foi criado o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), implantado nos morros da Zona Sul. Na capital mineira se estabeleceu o programa “Fica Vivo”, no aglomerado Morro das Pedras, o que alavancou a criação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR).

Estes projetos causam alento de que é possível uma reordenação na situação ora existente, tanto no aspecto do enfrentamento como na resposta do meio à nova abordagem. (...) O conceito busca 2 resultados tendo como uma de suas premissas básicas um gerenciamento pautado na prevenção (não esquecendo de um planejamento para casos que necessitem de repressão). (Riccio *et al*, 2006, p. 1-2)

Sobre o início das experiências do policiamento comunitário no Brasil, Mesquita Neto (2004, pag. 104-105) diz que

No Brasil, as organizações policiais começaram a promover experiências e inovações visando transformar sua estrutura e funcionamento, bem como sua relação com a sociedade durante a transição para a democracia, particularmente após a eleição direta dos governadores de estado em 1982. Em São Paulo, em 1985, durante o governo Franco Montoro, o governo do Estado começou a criar conselhos comunitários de segurança, existentes até hoje, que se reúnem regularmente e contam com a participação do delegado responsável pela Polícia Civil, do oficial responsável pela Polícia Militar, e representantes da comunidade.

De acordo com esse autor, no Rio de Janeiro as idéias de policiamento comunitário foram introduzidas pelo Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, durante o governo de Leonel Brizola. Neste período importantes medidas foram tomadas, como a produção de um caderno sobre policiamento comunitário, em 1993, e a tradução para o português do livro “Policiamento Comunitário: como começar” de Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1994). Conforme Muniz *et al.*(1997) *apud* Mesquita Neto (2004), ainda entre 1993-94, a Polícia Militar promoveu uma experiência de policiamento comunitário em Copacabana, em parceria com a organização da sociedade civil, através do “Viva Rio”.

Em São Paulo, desde o início da década de 90, a Polícia Militar começou a promover mudanças organizacionais que indicavam para o policiamento comunitário, com experiências bem sucedidas em Ribeirão Preto e Bauru. Em 1993 a polícia chegou a elaborar um projeto para implantação do policiamento comunitário, juntamente com um conselho da comunidade (MESQUITA NETO, 2004, p. 105). Mas é em 1997 que a polícia adota o policiamento comunitário como filosofia e estratégia organizacional. Para

consolidação desse processo são consideradas várias experiências, tanto locais como nacionais e internacionais.

Ao lado das experiências locais e de outros estados brasileiros, as experiências de policiamento em outros países, particularmente nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão foram analisadas e serviram como referência importante para os oficiais da Polícia Militar e para os membros da Comissão Estadual de Polícia Comunitária no processo de implantação do policiamento comunitário em São Paulo a partir de 1997. (MESQUITA NETO, 2004, p. 105)

Portanto, as primeiras experiências de polícia comunitária no Brasil datam do final da década de 80, mas é somente no final da década de 90 e início do século XXI que as estratégias passam a ser consolidadas. A polícia passa gradativamente a perceber a importância do envolvimento da comunidade para ajudar a solucionar os problemas da segurança pública, ao passo que o cidadão percebe que também é responsável por esse processo, conforme prevê o próprio texto constitucional.

Na próxima subseção, será apresentada a evolução da implantação da Polícia Comunitária no Estado de Minas Gerais.

2.5 A implantação da Polícia Comunitária no Estado de Minas Gerais

Sobre a segurança pública, a Constituição Federal de 1988 informa, em seu art. 144, que: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”. Seguindo os dizeres da Carta Magna da República, a Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989, em seu art. 133, reafirma que a defesa social é dever do Estado, mas também é direito e responsabilidade de todos.

A primeira tentativa de implementação da Polícia Comunitária ocorreu em Minas Gerais no ano de 1993, em alguns bairros de Belo Horizonte. Neste ano a PMMG publicou a Diretriz de Planejamento das Operações nº. 3008 (DPO n. 3008/93 – CG), que seria o marco regulatório da nova atividade. Contudo, as primeiras experiências com o novo modelo de policiamento não obtiveram sucesso (SOUZA, 1999). As taxas de redução de criminalidade, aumento da sensação de tranquilidade e aproximação da comunidade com a polícia não ocorreram conforme era esperado.

Anteriormente à DPO a polícia já havia apresentado algumas tentativas de se aproximar da comunidade, como a criação da Transitolândia, no Batalhão de Trânsito, e as Ações Cívico-Sociais (ACISO). Essas tentativas demonstravam a preocupação da polícia em promover trabalhos sociais relevantes e se aproximar de seu público, principalmente das crianças.

Em março de 1989 a polícia implantou, na Capital, o conceito de policiamento Distrital. Nesta época Belo Horizonte possuía quatro Batalhões de Polícia Militar, cada um responsável por uma área. Cada área foi dividida em cinco subáreas, sob responsabilidade de uma Companhia de Polícia Militar. As subáreas foram divididas em setores e estes em sub-setores, denominados Distritos, que na realidade eram o agrupamento de lotes residenciais. O policiamento no distrito era responsabilidade de um grupo de cinco policiais, comandados por um Sargento, com o apoio logístico de uma viatura e uma motocicleta. Os policiais eram encarregados de entrar em contato com os moradores, além de identificar e solucionar os problemas que incomodavam a comunidade local. Eles permaneciam de posse do armamento e equipamentos da carga da PMMG e podiam levar até mesmo as viaturas para casa.

Esse modelo de policiamento durou pouco tempo, sendo extinto em abril de 1991, sem atingir os objetivos pretendidos. Vários problemas foram identificados após a implementação do Policiamento Distrital, como: resistência do público interno; dificuldade de coordenação e controle; deficiência de recursos humanos e materiais;

policial residindo fora do local de trabalho; deficiência no processo de acompanhamento das ocorrências, entre outros.

Mesmo se mostrando uma experiência mal sucedida, o Policiamento Distrital sedimentou lições ricas e importantes, além de evidenciar a necessidade de se aproximar a polícia da comunidade. É a partir daí que surge a DPO n. 3008, introduzindo o conceito de Polícia Comunitária em Minas Gerais através do slogan “Polícia Militar – Comunidade, solidárias na segurança”. O documento afirmava: “há que se criar condições de cooperação e parceria entre a polícia e o povo, de forma tal que se estabeleça a situação desejável de convivência pacífica e harmoniosa da população” (MINAS GERAIS, 1993). Previa, ainda, que o militar deveria estar mais próximo e em contato estreito com o público, coordenando reuniões e trocando informações com membros da comunidade.

Contudo, essa nova estratégia enfrentou problemas antigos, como: a resistência da comunidade e de policiais em participar; o despreparo e a falta de treinamento dos policiais; a dificuldade em conscientizar e mobilizar a comunidade, entre outros (Campolina, 2004). Desta forma a tentativa de aproximação entre polícia e comunidade novamente perdia força.

Contudo, em 1999 a polícia volta a revigorar o policiamento com a participação comunitária através do programa conhecido como Polícia de Resultados. Este programa tem por objetivo criar Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEP) na capital; utilizar o geoprocessamento da criminalidade para planejar a alocação de recursos e regionalizar e descentralizar as atividades de policiamento ostensivo.

Nos locais onde o policiamento orientado para resultados foi implantado, as taxas de crime foram reduzidas, o que alavancou o surgimento de novos CONSEP's na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A partir do sucesso dos conselhos comunitários o alto-comando da Polícia Militar elaborou duas diretrizes para nortear o policial na filosofia de

polícia comunitária e nas ações de criação do CONSEP: a Diretriz Para Produção de Serviços de Pública n. 04/2002 -CG (DPSSP n. 04/02), que trata da filosofia de Polícia Comunitária e a DPSSPn. 05/02, que trata da criação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública. De acordo com a DPSSP 05/2002 (2002, p. 29), CONSEP é:

Entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação à Polícia Militar ou qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5º, XVII, da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município.

Não se confunde com os conselhos municipais de segurança pública. Estes são criações dos poderes legislativos municipais, com propósitos políticos-partidários e voltados para a definição de ações estratégicas que influenciem no ente federativo como um todo.

Este documento afirma que o CONSEP não deve estar vinculado a partidos políticos, diferente dos conselhos municipais de segurança pública, que devem seguir as diretrizes elaboradas pelo Poder Público. O CONSEP está subordinado à polícia apenas quanto à publicidade e transparência de suas ações. A polícia deve agir como agente catalisador, reunindo as lideranças comunitárias e organizando os primeiros encontros. Contudo, tão logo o CONSEP se consolide a polícia deve se afastar e deixar que ele “caminhe com suas próprias pernas”. Então resta claro a idéia de que o CONSEP é constituído para ser um espaço de interlocução entre a polícia e a comunidade, fazendo com que os diálogos sejam estabelecidos de forma direta e transparente.

Sobre a composição dos conselhos responsáveis pelo policiamento Riccio *et al* (2006), afirmam ser

“(...)equipes de gerenciamento coordenadas pela polícia, mas com conselhos de representação de moradores da comunidade, tendo como propósito

desmontar o centralismo das decisões e expandir a responsabilidade das ações a serem adotadas, sempre como forma de atender as demandas apresentadas por cada local específico.” (p. 5)

De acordo Riccio *et al* (2006), os conselhos comunitários devem ser espaços públicos destinados a possibilitar a integração dos interesses coletivos com a agenda pública, “participando efetivamente da respectiva gestão como forma de angariar um espaço de construção da cidadania plena”. No contexto da polícia comunitária o CONSEP potencializa a capacidade de mobilização da comunidade, auxiliando na superação de problemas que influenciam nos índices de crime observados no espaço de convívio do grupo por ele representado.

Após o ano de 2002, com a publicação das duas diretrizes já citadas, o assunto Polícia Comunitária ganhou importância e passou a figurar nos mais diversos cursos oferecidos pela PMMG. Desta forma, a filosofia de polícia comunitária que vem sendo difundida prevê, além da capacitação interna, a adequação operacional e fortalecimento dos CONSEP como fóruns de interlocução entre polícia e comunidade.

O crescente sucesso da filosofia de polícia comunitária em Minas fez surgir a demanda por novos programas e projetos voltados para o assunto. Dentre eles, se destaca a Rede de Vizinhos Protegidos (RVP), que é composta pela união entre vizinhos, que formam um elo de integração para proteção mútua e de trabalho na resolução de conflitos e problemas sociais do bairro.

A RVP “consiste na sensibilização da população para a atuação vigilante dos moradores na adoção de medidas de auto-proteção” (MINAS GERAIS, 2008). De acordo com Assis (2008, p. 36), a Rede de Vizinhos Protegidos visa

“desenvolver uma metodologia própria para a resolução dos problemas e conflitos sociais da comunidade, garantindo a segurança patrimonial e pessoal dos integrantes, além de restabelecer e manter a ordem social no ambiente”.

Essa nova estratégia gerou avanços na aproximação entre polícia e comunidade. O objetivo desse programa é envolver os vizinhos e fazer com que eles formem uma rede local de proteção. Para Dias Neto (2006, p. 7) a idéia de organização de redes de vigilância entre vizinhos tem o intuito de “converter os cidadãos em olhos e ouvidos da polícia”. Além da Rede de Vizinhos Protegidos, vários outros programas de polícia comunitária vêm sendo desenvolvidos em todo o Estado. Como exemplos podem ser citados o programa “Jovens Construindo a Cidadania” (JCC), e “Minha Rua é Dez”.

Dessa forma, a polícia passou por longo processo de amadurecimento e estudo sobre a filosofia de polícia comunitária, elaborando diretrizes e norteando os policiais a se procederem de acordo com essa nova forma de “se fazer polícia”.

O interesse pela polícia comunitária tem aumentado gradativamente, sobretudo no meio acadêmico e policial. Anualmente várias monografias referentes ao tema são elaboradas, tanto em cursos de graduação como de pós-graduação. Desta forma o policiamento comunitário passa a ser mais bem entendido e compreendido por policiais e pelos membros da comunidade, o que gera aceitação e envolvimento de ambas as partes.

3. PERCURSO DE PESQUISA

É crescente o número de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Possuindo caráter bibliográfico, essas pesquisas buscam discutir uma produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento e tentam responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas (FERREIRA, 2002).

A discussão proposta diz respeito à análise do estado da arte das monografias disponíveis no acervo da Biblioteca Cap Geraldo Walter da Cunha, mais conhecida como biblioteca da Academia de Polícia Militar. Foram analisadas as monografias dos alunos concluintes do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP), do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) e do Curso de Formação de Oficiais (CFO) todos oferecidos pela PMMG. A riqueza desses trabalhos encontra-se na diversidade sobre um mesmo tema, que é relativamente novo nas instituições policiais brasileiras: a Polícia Comunitária.

Os três cursos citados acima são oferecidos pela PMMG e exigem a elaboração de monografia pelo aluno como requisito para sua conclusão. O CFO é curso de graduação, reconhecido pelo MEC como Bacharelado em Ciências Militares, na área de Defesa Social. Seu corpo discente é composto por policiais militares na graduação de cadetes, que foram aprovados em concurso público de provas, aberto a toda a comunidade. Após a conclusão do curso, os alunos se preparam para ingressar na carreira de oficial da PMMG e exercer as funções de gerenciamento da instituição.

O CESP é curso de especialização realizado por capitães, sendo pré-requisito para aqueles que pretendem ser promovidos e exercer as funções de oficiais superiores. O CEGESP também é curso de especialização, contudo, o corpo discente é composto por oficiais superiores, no posto de major ou tenente-coronel, que recebem conhecimentos para que possam ser promovidos ao posto de coronel e participar do alto comando da

Polícia Militar. Ambos os cursos são realizados em parceria com a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

Nesta seção, buscou-se detalhar a metodologia utilizada no presente estudo e as técnicas usadas para o levantamento de dados. Cumpre-se explicar sobre a natureza e o método da abordagem, como também os procedimentos e as técnicas de pesquisa.

3.1 Tipo, natureza e método da pesquisa

Quanto ao tipo essa pesquisa será classificada como descritiva, e será baseada na observação dos trabalhos monográficos publicados pelos cursos da Academia de Polícia Militar.

Como modelo conceitual operativo, utilizou-se a pesquisa documental, por meio da verificação da legislação, de documentos e diretrizes referentes ao assunto e a pesquisa bibliográfica, através das monografias já publicadas pela biblioteca da APM.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e a documentação direta, através da pesquisa de campo quantitativo-descritiva (investigação das monografias). Os materiais utilizados foram leis e fontes doutrinárias da Polícia Militar, além de livros e trabalhos acadêmico-científicos que estudam o policiamento comunitário.

Quanto à natureza foi adotada a pesquisa tanto quantitativa, quanto qualitativa. A pesquisa quantitativa possibilitou ao pesquisador dimensionar a extração de dados, bem como medir e explicar as variáveis preestabelecidas. A dimensão qualitativa favoreceu a exploração da análise.

O método de procedimento adotado é o estatístico, que permite obter representações simples de conjuntos complexos e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Conforme Marconi e Lakatos (2008, p. 108) o método estatístico utiliza manipulação estatística e reduz fenômenos a termos quantitativos, o que “permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado”.

No que tange à pesquisa de campo, foram feitas várias visitas à biblioteca Cap. Geraldo Walter da Cunha (APM), onde se analisou todas as monografias referentes ao tema. O processo de identificação e seleção dos trabalhos ocorreu por meio da pesquisa de dois ementários que catalogavam todas as monografias realizadas nos cursos da PMMG (um contendo monografias do CESP e CEGESP, outro apenas monografias do CFO), bem como pela busca de palavras-chaves no sistema informatizado do acervo da biblioteca. Esses trabalhos identificados deveriam estar disponíveis em formato físico e/ou digital. Após análise, percebeu-se que o conteúdo de alguns trabalhos pré-selecionados não estava diretamente relacionado ao tema polícia comunitária, motivo pelo qual foram desconsiderados nesta monografia.

Após a pesquisa foi identificado o total de 164 trabalhos produzidos. Contudo, esse número refere-se ao total de monografias elaboradas por alunos da APM nos três cursos em que elas são exigidas, quais sejam, CFO, CESP e CEGESP. Contudo, há alguns trabalhos que constam no ementário, mas não foram depositados na biblioteca da APM, ou seja, não estão disponíveis para consulta. Portanto, foram desconsiderados neste trabalho, sendo que, com o fim das buscas, somou-se 129 o número de monografias disponíveis e pesquisadas.

O tratamento estatístico será desenvolvido por meio da representação dos dados em gráficos e tabelas, trabalhados em planilha eletrônica. Após a tabulação dos dados, será utilizada estatística descritiva para atender ao interesse da pesquisa. Esta pesquisa foi realizada em seis etapas, conforme ilustra o fluxograma abaixo.

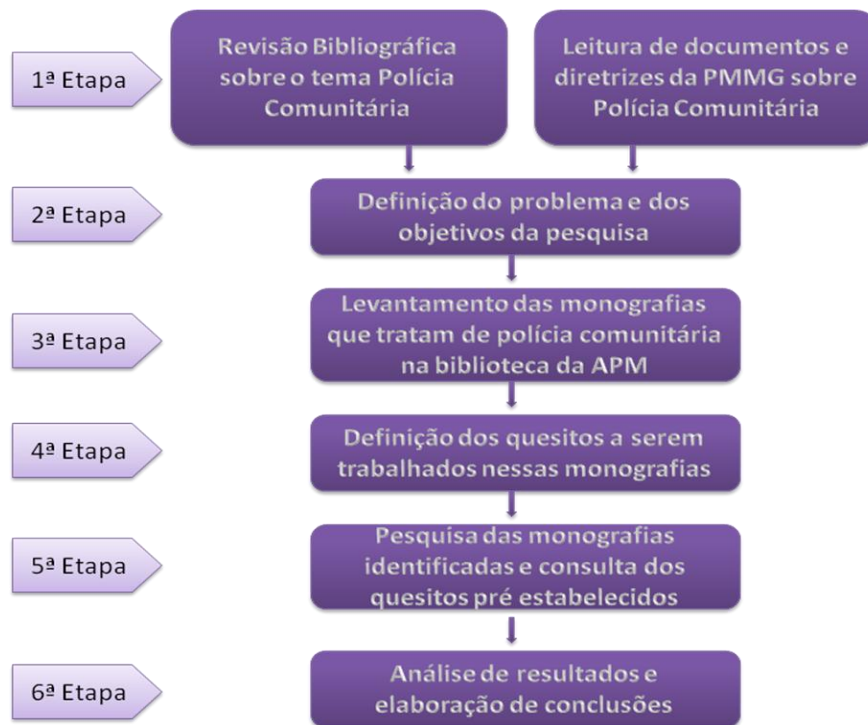


Figura 2 - Etapas da pesquisa

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada a revisão bibliográfica, quando buscou-se identificar os principais autores de trabalhos sobre polícia comunitária, na comunidade nacional e internacional. Simultaneamente, foram realizadas leituras de documentos e diretrizes publicados pela PMMG sobre o assunto.

A segunda etapa constituiu na definição do problema e dos objetivos da pesquisa. Em seguida ocorreu o levantamento de todas as monografias que tratam de polícia comunitária na biblioteca da APM (3ª Etapa). Esse levantamento se deu através de buscas de palavras-chaves no ementário da Biblioteca da Acadêmica da Polícia Militar de Minas Gerais, sendo identificado o registro de 164 trabalhos produzidos. Esse número refere-se ao total de trabalhos elaborados por alunos dos cursos realizados na APM, contudo, há alguns trabalhos que constam no ementário, mas não foram depositados na biblioteca da APM, ou seja, não estão disponíveis para consulta. Dessa forma, mesmo sendo possível solicitar diretamente ao autor o fornecimento da monografia para análise, tal recurso não foi adotado, vez que a intenção é analisar as monografias disponíveis para consulta no acervo da biblioteca. Algumas monografias

identificadas na terceira etapa foram excluídas deste trabalho, pois, após pesquisa realizada na quinta etapa, constatou-se que não tratavam diretamente sobre o tema polícia comunitária, embora o título ou as palavras-chaves sugerissem o contrário.

A quarta etapa cuidou da definição dos quesitos a serem pesquisados em cada monografia identificada. Foram considerados os seguintes quesitos:

- a) título;
- b) ano de publicação;
- c) autor;
- d) orientador;
- e) número total de páginas;
- f) fonte de publicação;
- g) abordagem metodológica;
- h) local contextualizado;
- i) se o POP era mencionado na revisão bibliográfica;
- j) classificação do objetivo geral do trabalho; e
- k) objeto central de estudo.

Na quinta etapa foram analisadas as monografias e os quesitos definidos nas etapas passadas. Algumas monografias pré-selecionadas na terceira etapa foram excluídas da

pesquisa nesta etapa, após a análise de seu conteúdo demonstrar que polícia comunitária não era o objeto de estudo, em que pese ser alvo de referências nas palavras chaves. No fim desta etapa foram encontradas e pesquisadas 129 monografias. Ou seja, na biblioteca da APM existem 129 monografias disponíveis para consulta sobre polícia comunitária elaboradas entre janeiro de 2000 e setembro de 2010.

A sexta e última etapa trata da análise dos resultados, acompanhada das conclusões e sugestões decorrentes da pesquisa. Na próxima seção serão expostos os resultados da pesquisa.

4- ANÁLISE DE RESULTADOS

Por meio do processo de busca de palavras-chaves no ementário da biblioteca da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, foi possível identificar o registro de 164 trabalhos produzidos. Esse número refere-se ao total de trabalhos divulgados pela APM e, conforme dito na seção anterior, foram elaborados por alunos nos três principais cursos oferecidos pela Polícia Militar: CEGESP, CESP e CFO.

Grande parte desses trabalhos está disponível em formato físico e digital, outros em apenas um dos formatos. Entretanto, 35 trabalhos que constam no ementário, não estão disponíveis em nenhum formato na biblioteca da APM. Por esta razão, esta pesquisa analisará um universo de 129 de monografias.

O GRAF. 1 apresenta a evolução da produção científica sobre polícia comunitária na APM no período de 2000 a 2009.

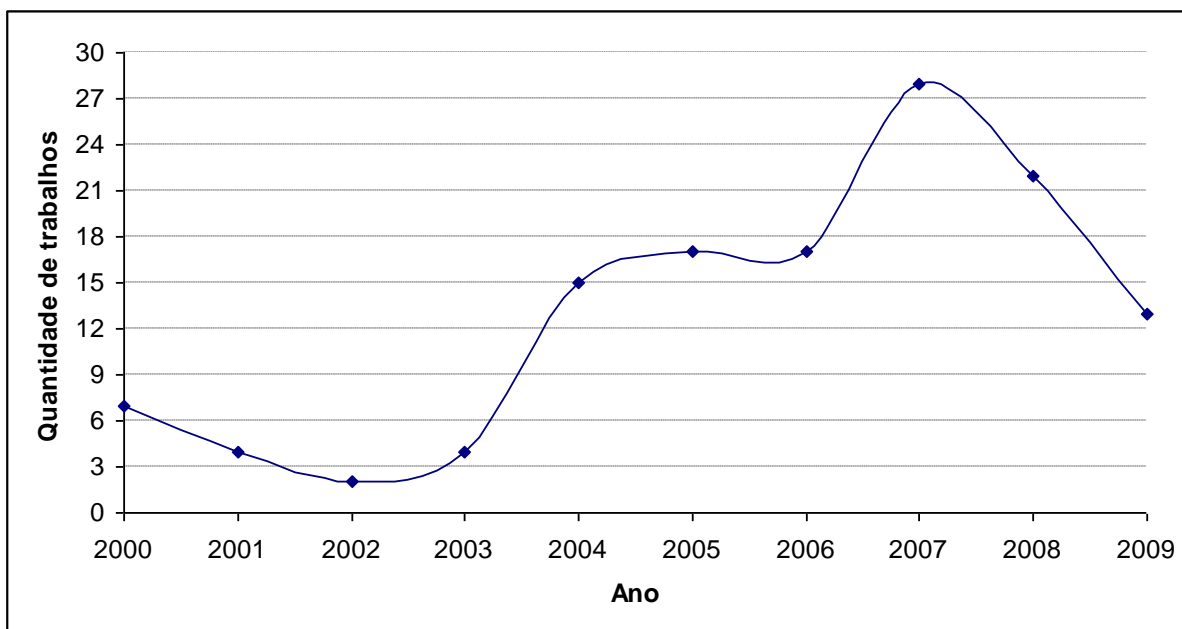


Gráfico 1 – Evolução da produção científica sobre Polícia comunitária no período de 2000 a 2009 na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

Analisando o GRAF. 1, percebe-se uma leve queda da produção científica sobre polícia comunitária de 2000 a 2002. Contudo, o gráfico apresenta um crescimento gradativo a partir de 2003, atingindo o pico em 2007 e reduzindo consideravelmente nos anos seguintes.

Alguns fatos podem ajudar a explicar o aumento da produção científica sobre polícia comunitária a partir de 2003. O mais importante deles é a publicação, em dezembro de 2002, da DPSSP n. 04 pela PMMG. Essa diretriz, como já foi visto em seção anterior, buscou sedimentar a filosofia de polícia comunitária em Minas Gerais e despertou o interesse de policiais para o assunto.

Em dezembro de 2002 também foi publicada a DPSSP n. 05 que trata da estruturação e do funcionamento do CONSEP. Outro fator importante é que somente partir de 2003, a APM passa a exigir a elaboração e defesa de monografias pelos alunos do CFO, anteriormente não havia esse requisito.

O ano de 2007 se destaca por possuir o maior volume de trabalhos publicados no período considerado, num total de 28 monografias. Destacam-se nesse ano a publicação de trabalhos referentes ao GEPAR e à setorização, que foram objetos de estudo de quatro trabalhos cada. O aumento dos trabalhos a respeito de polícia comunitária em 2007 pode ser reflexo da publicação da Instrução n. 05/8ª RPM, em 2005, que trata da malha protetora da Polícia Militar sobre Belo Horizonte. Entre outros assuntos, esse documento aborda o GEPAR, o Posto de Policiamento Comunitário, a Patrulha Escolar, a Setorização e a Prevenção Ativa, que foram alvos de estudo no ano de 2007.

No total, 14.300 (quatorze mil e trezentas) páginas foram redigidas sobre o tema Polícia Comunitária entre os anos 2000 e 2009, e se encontram distribuídas entre as 129 monografias disponíveis na Biblioteca da APM. A distribuição desta produção pelos cursos é apresentada na TAB. 1.

TABELA 1
Distribuição da produção científica sobre Polícia Comunitária
por cursos da PMMG no período de 2000-2010.

Cursos	Número de trabalhos
CFO	45
CESP	70
CEGESP	14
Total	129

O maior número de trabalhos foi elaborado pelo CESP, 70 monografias ou 54,3% do total, em seguida vem o CFO com 45 monografias ou 34,9% e o curso que menos publicou trabalhos a respeito de polícia comunitária foi o CEGESP, com 14, ou 10,8%. Contudo, essa análise se torna superficial, pois o número de alunos participantes desses cursos não é o mesmo. Daí surge a necessidade de se avaliar a relação entre o número de alunos que concluíram cada curso entre os anos de 2000 e 2009 e os que decidiram escrever sobre polícia comunitária.

Nesse período, 214 alunos concluíram o CEGESP, sendo que 14 elaboraram monografias sobre polícia comunitária, ou 6,54% do total. Pelo CESP foram elaborados 608 trabalhos no período, sendo que 70, ou 11,51% trataram do tema em questão. O período a ser considerado para o CFO é a partir de 2003, pois antes desse ano a elaboração de monografia não era exigida como requisito para aprovação no curso. Entre 2003 e 2009 foram publicadas 533 monografias, sendo que 45 delas, ou 8,44% foram referentes a polícia comunitária.

Nota-se que os policiais que mais se interessam pelo tema são os que cursam o CESP, tanto em termos relativos quanto absolutos. Tal fato pode ser explicado pelo fato do CESP ser cursado exclusivamente por Oficiais no posto de Capitão, que, via de regra,

são responsáveis por comandar companhias². As companhias de polícia são a caracterização da descentralização da burocracia policial e da aproximação da polícia com a comunidade. A companhia também é célula policial responsável por apoiar e incentivar a estruturação do CONSEP, na forma em que trata a DPSSP 05/2002. Na estrutura atual da Polícia Militar, os comandantes de companhia são grandes responsáveis pelo sucesso ou fracasso em mobilizar a comunidade em sua área de atuação, logo devem apresentar grande interesse pelo tema.

A Instrução 05/2005 – 8ª RPM destaca, como atribuições gerais dos comandantes de companhia, dentre outras, as de coordenar as atividades do CONSEP; manter contatos comunitários visando reforçar a interação com a população e o processo de setorização da respectiva Cia e participar ativamente das reuniões com representantes da comunidade.

Os trabalhos também foram analisados quanto ao seu contexto empírico de análise. Quatro tipos específicos de contextos foram identificados: análise de polícia comunitária na Capital, no interior do Estado, no Estado como um todo e em outros Estados. A distribuição segue na TAB. 2.

TABELA 2
Distribuição dos trabalhos produzidos
por local estudado.

Contexto/Local	Quantidade
Interior do Estado	61
Capital	55
Estado como um todo	9
Outros Estados	4
total	129

² Há alguns casos em que a Companhia de Polícia Militar é comandada por Oficiais no posto de Major, ficando os Capitães responsáveis pelo subcomando, como ocorre na Capital.

Observa-se equilíbrio entre os trabalhos que contextualizaram o interior do Estado e os trabalhos que contextualizaram a Capital, com 47% e 43%, respectivamente; 7% dos trabalhos abordaram todo o Estado e 3% abordaram outros Estados. Estes últimos trabalhos foram elaborados por policiais pertencentes à Polícia Militar de outros estados da federação e que, por motivos específicos³, realizaram seu curso na APM/PMMG. Os Estados contextualizados foram Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe. Apesar do contexto empírico de análise estar focado em outro Estado, os trabalhos tratam sobre o tema Polícia Comunitária e estão disponíveis na biblioteca da APM, cumprindo as exigências desta pesquisa.

Apenas 25 trabalhos, o que equivale 19,4% do total dos trabalhos identificados, abordam a metodologia de Polícia Orientada ao Problema (POP). Conforme visto na segunda seção deste trabalho, a associação desta metodologia à filosofia de Polícia Comunitária tende a produzir melhor resultados.

Uma grande parte dos trabalhos, 59 ou 45,74%, procurou combinar as abordagens qualitativa e quantitativa em suas análises. Esta combinação de abordagens permite análises mais profundas e detalhadas sobre o objeto investigado. Um total de 53 trabalhos, ou 41,08%, utilizou apenas abordagem quantitativa e 17 trabalhos, ou 13,18%, utilizaram abordagem qualitativa.

Cerca de 236 pesquisadores (autores e orientadores) estão envolvidos nesta produção científica acadêmica de Polícia Comunitária. Destaca-se a participação dos policiais: Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da Silva, Alexandre Magno de Oliveira e Renato Vieira de Souza como os principais orientadores de trabalhos, com sete, seis e cinco orientações, respectivamente.

Importante destacar que esses três policiais atualmente ocupam cargos estratégicos na estrutura da Polícia Militar, o que lhes permite difundir e sedimentar a filosofia de polícia

³ A PMMG recebe em seus cursos, mediante convênio, policiais militares e bombeiros de outros estados da federação, ou ainda de outras instituições como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e, por vezes, policiais de outros países.

comunitária por toda Minas Gerais. Renato Viera de Souza é Coronel e está na função de Comandante-Geral da PMMG, ou seja, é a maior autoridade policial militar do Estado. Armando Leonardo L. A. F. Silva ocupa o posto de Tenente Coronel e é chefe da Assessoria de Articulação da Seção de Planejamento. Por sua vez, Alexandre Magno ocupa o posto de Capitão e é chefe da Seção de Apoio a Prevenção Ativa, da Diretoria de Apoio Operacional. Portanto, alguns locais onde é possível tomar decisões importantes acerca dos rumos da Polícia Militar têm sido ocupados por pessoas que se interessam e se dedicam a pesquisar a polícia comunitária, fato que serve para fortalecer e disseminar essa estratégia de policiamento.

Quanto ao objeto central dos estudos, devido à grande quantidade de objetos identificados, os trabalhos foram subdivididos em três categorias: 1- Programas ou Projetos Preventivos Comunitários; 2- Polícia Comunitária e contexto de atuação; 3- Estratégias e Ações Preventivas Comunitárias. As tabelas 3, 4 e 5 detalham os objetos contidos em cada uma destas categorias.

TABELA 3

Objetos de estudos da categoria Programas ou Projetos Preventivos Comunitários.

Programas ou Projetos Preventivos Comunitários	Número de trabalhos	% relativo à categoria	% relativo ao total de trabalhos
Adolescente cidadão	1	3.13%	0.78%
Artista da Paz	1	3.13%	0.78%
Bom na Escola, bom de bola	1	3.13%	0.78%
Programa Fica Vivo	3	9.38%	2.33%
Garotos para Paz	1	3.13%	0.78%
JCC - Jovens Construindo a Cidadania	2	6.26%	1.55%
Programa Educacional de Resistência as Drogas - PROERD	11	34.38%	8.53%
Programa "Grande Santos Reis"	1	3.13%	0.78%
Projeto "Comunidade Viva em Ação"	1	3.13%	0.78%
Projeto Jandira	1	3.13%	0.78%
Projeto "Juventude e Polícia"	1	3.13%	0.78%
Projeto "Nosso Sul"	1	3.13%	0.78%
Projeto "Quarteirão Seguro "	1	3.13%	0.78%
Projeto "Se esta Rua fosse minha"	1	3.13%	0.78%
Rede de Vizinhos Protegidos	5	15.63%	3.88%
Total	32	100%	24.80%

Os trinta e dois estudos agrupados na categoria “programas e projetos preventivos comunitários” representam, aproximadamente, um quarto de toda a publicação sobre Polícia Comunitária da APM.

Nesta categoria, o PROERD é o objeto mais investigado pelos policiais, com 11 trabalhos, seguido pela Rede de Vizinhos Protegidos e pelo Programa Fica Vivo com 5 e 3 trabalhos, respectivamente. Inspirado no programa norte-americano D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education) o PROERD já está bastante sedimentado na PMMG e é realizado em todo o Estado, motivo pelo qual é alvo do maior número de pesquisas nesta categoria.

A Rede de Vizinhos Protegidos, que aparece em segundo lugar, é um projeto relativamente novo, mas já implantado em vários bairros da Capital. O sucesso e os bons frutos colhidos por essa rede têm despertado o interesse da polícia em transformá-la em um programa de polícia comunitária e difundi-la por todo o Estado. Vale destacar que este tipo de programa é um modelo derivativo de experiências norte americanas e colombianas.

Outro programa que merece destaque é o Fica Vivo, programa voltado para o controle de homicídios em áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que foi estudado por 3 pesquisadores. Devido a sua importância e forte divulgação, esperava-se que o programa fosse alvo de mais pesquisas.

Dos outros programas ou projetos estudados alguns são estritamente regionais, como o Programa “Grande Santos Reis” executado em um bairro de Montes Claros, ou o “Artista da Paz”, onde policiais da banda da PM ensinam músicas a crianças no Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte. Como são realizados em uma área restrita, o número de policiais que conhecem esses programas é bastante reduzido, logo o número de trabalhos também é pequeno.

A TAB. 4 retrata o desdobramento dos trabalhos classificados como: “contexto de atuação e aspectos gerais de polícia comunitária”.

TABELA 4

Objetos de estudo da categoria Polícia Comunitária e contexto de atuação.

Polícia Comunitária: Contexto de atuação e Aspectos Gerais	Número de trabalhos	% relativo à categoria	% relativo ao total de trabalhos
Policiamento Comunitário Rural	7	21.87%	5.42%
Polícia Comunitária e Meio Ambiente	2	6.25%	1.55%
Polícia Comunitária e Trânsito Rodoviário	1	3.12%	0.77%
Atuação Comunitária de Companhias Especiais	5	15.63%	3.88%
Obstáculos de implementação da Polícia Comunitária	2	6.25%	1.55%
Indicadores de desempenho e Polícia comunitária	2	6.25%	1.55%
Polícia comunitária e Recursos Humanos	3	9.38%	2.33%
Avaliação de implementação de polícia comunitária	10	31.25%	7.75%
Total	32	100.00%	24.80%

Coincidentemente, trinta e dois trabalhos também foram agrupados nesta categoria de estudos, que tem características de investigar a prática do policiamento comunitário em ambientes ou situações específicas (ex. zonas rurais, trânsito rodoviário e meio ambiente) ou discutir aspectos de implantação e teóricos sobre o policiamento comunitário (ex. avaliação e indicadores de desempenho).

Nota-se que a avaliação da implementação de programas e projetos de polícia comunitária foi o objeto mais estudado nessa classificação, com onze trabalhos. Nesses trabalhos os autores buscaram apontar os pontos positivos e negativos da execução de programas diversos, além de avaliar sua viabilidade. Como foi considerado qualquer projeto ou programa voltado para polícia comunitária, o universo de pesquisa se tornou amplo, o que justifica esse objeto de estudo estar no topo da tabela.

Logo em seguida aparece o policiamento comunitário rural, estudado sete vezes. O interesse por esse objeto de estudo é fruto da estratégia da polícia em se aproximar da comunidade do campo. Essa aproximação é realizada, principalmente, por meio da Patrulha Rural. Essas patrulhas são formadas por policiais treinados na doutrina de polícia comunitária para realizar o policiamento preventivo nas zonas rurais. Como mais uma estratégia recente de aproximação da polícia com a comunidade, as patrulhas rurais passam a realizar o patrulhamento rotineiro e com fins preventivos em locais onde dificilmente a polícia atuava. As primeiras experiências ocorreram em alguns municípios do Triângulo Mineiro e, pelo sucesso desse tipo de policiamento comunitário, logo foi difundido para todo o estado. A difusão e implantação dessa modalidade em Minas Gerais vêm gerando demanda por novas pesquisas, motivo pelo qual esse objeto ocupa a segunda posição.

No atual organograma da Polícia Militar, a companhia é, em muitos casos, a repartição policial mais próxima da comunidade. Portanto, a importância em investigar a atuação comunitária dessas companhias justifica os cinco trabalhos realizados. A caracterização da proximidade da companhia de polícia com a comunidade pode ser representada pelos CONSEP que em muitas unidades abrangem o mesmo espaço de responsabilidade territorial da companhia. Os comandantes de companhia detêm relativa autonomia e poder para alocação de recursos humanos e logísticos, o que facilita a adoção de projetos voltados para polícia comunitária em sua área de responsabilidade. Atualmente está em fase de experimentação o projeto de setorização, que pretende descentralizar e desconcentrar o poder das companhias.

Os trabalhos que tratam de “Polícia Comunitária e Recursos Humanos” buscaram pesquisar o nível de preparação dos policiais e resistência oferecida por eles para atuar de acordo com a filosofia de polícia comunitária. O objeto “Polícia Comunitária e Meio Ambiente” e “Polícia Comunitária e Trânsito Rodoviário” pesquisaram as formas de execução da polícia comunitária nessas duas modalidades de policiamento especializado. Dois trabalhos buscaram pesquisar os obstáculos de implementação de programas de polícia comunitária.

Vale destacar a escassez de trabalhos que abordam o tema “indicadores de desempenho e policiamento comunitário”. Conforme visto na revisão bibliográfica, um fator crítico para a inovação comunitária nas organizações policiais é a sua incapacidade de avaliar sua própria eficácia na inovação (BAYLEY; SKOLNICK, 1986). São poucas as unidades policiais que sabem dizer se os índices de prevenção são melhores aos métodos antigos, ou mesmo, se suas inovações são eficazes.

A TAB. 5 agrega as estratégias e ações preventivas voltadas para o policiamento comunitário, terceira categoria de objeto de análise. Destaca-se que algumas dessas estratégias podem variar de nomenclatura de uma região para outra, apesar de executarem basicamente o mesmo serviço.

TABELA 5

Objetos de estudo da categoria Estratégias e Ações Preventivas Comunitárias.

Estratégias e Ações Policiais Preventivas	Número de trabalhos	% relativo à categoria	% relativo ao total de trabalhos
Base Comunitária Móvel	2	3.08%	1.55%
GEPAR	11	16.92%	8.53%
Ciclo Patrulhamento	4	6.15%	3.10%
CONSEP e Conselhos comunitários	16	24.62%	12.40%
Grupamento Operacional Escolar - GOE	2	3.08%	1.55%
Grup. Esp. no Atendimento a Criança e Adolescente de Rua - GEACAR	1	1.54%	0.78%
Mobilização Comunitária	2	3.08%	1.55%
Núcleo de Prevenção Ativa - NPA	1	1.54%	0.78%
Olho vivo	1	1.54%	0.78%
Patrulha de Prevenção Ativa - PPA	3	4.62%	2.33%
Patrulha Escolar	3	4.62%	2.33%
Patrulha Preventiva Motorizada	1	1.54%	0.78%
Polícia Orientado ao Problema - POP	1	1.54%	0.78%
Policiamento a pé	1	1.54%	0.78%
Policiamento Comunitário Distrital Escolar - PCDE	2	3.08%	1.55%
Policiamento por Referência	1	1.54%	0.78%
Posto de Policiamento Comunitário - PPC	1	1.54%	0.78%
Radiopatrulhamento Motorizado Unitário	3	4.62%	2.33%
Ronda Comunitária	1	1.54%	0.78%
Setorização Policial	6	9.23%	4.65%
Técnica de Diagnóstico Rápido e Participativo	1	1.54%	0.78%
Visita Tranquilizadora	1	1.54%	0.78%
Total	65	100.00%	50.40%

Dentre todos os objetos de estudo espalhados pelas três categorias, os conselhos comunitários foram o mais estudado, com 16 trabalhos, que representam 12,40% do total de monografias sobre polícia comunitária. Esse volume de trabalho reflete a importância dos conselhos comunitários para o processo de fortalecimento da polícia comunitária. Os conselhos comunitários são organizados em todo o Estado e auxiliam na superação de problemas de segurança pública observados no espaço de convívio do grupo por ele representado.

Em segundo lugar nesta categoria aparece o Grupamento Especializado em Patrulhamento de Área de Risco (GEPAR), com onze trabalhos. Instituído nos idos de 2003, como lembra Campolina (2004) o GEPAR serve exclusivamente ao atendimento da comunidade que vive em área de risco, com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade violenta desses locais, principalmente os homicídios. A atuação do GEPAR deve estar estruturada em três linhas prioritárias: prevenção, repressão qualificada e promoção social. Apesar do número razoável de trabalhos, ainda há muito campo a ser explorado a respeito da atuação do GEPAR.

O policiamento escolar aparece em seguida, pesquisado em sete monografias. Foram considerados aqui os trabalhos que tratam de policiamento comunitário em escolas, pouco importando qual é a nomenclatura que essa atividade recebe. Como estratégia de policiamento, essa patrulha escolar estabelece o policial para atender, exclusivamente, ocorrências geradas no interior de escolas, além de realizar visitas periódicas a instituições de ensino em sua área de responsabilidade, quando ele não estiver empenhado. Foram identificadas três denominações para essa atividade: Policiamento Comunitário Distrital Escolar (PCDE); Patrulha Escolar e Grupamento Operacional Escolar (GOE).

Pesquisada em seis trabalhos a setorização consiste em uma subdivisão das companhias em setores. É uma forma de descentralização da estrutura da polícia, possibilitando melhor integração e interação entre os policiais e a comunidade. Essa estratégia ainda é incipiente, mas já está sendo testada por algumas unidades da

polícia. Os estudos sobre setorização se concentram nos anos após a publicação da Instrução n. 05/2005 – 8ª RPM: em 2007, 04 trabalhos e 2008, 02 trabalhos. De acordo com essa Instrução o setor de policiamento “passa a ser a célula de referência na produção dos serviços de segurança pública”.

Outras estratégias e ações preventivas foram alvo de estudos, porém em menor quantidade, conforme mostra a tabela 5. O ciclo-patrolhamento e a patrulha de prevenção ativa são citados em quatro trabalhos cada. Seguido pelo rádio-patrolhamento unitário, em três. Dois trabalhos pesquisaram a Base Comunitária Móvel e a mobilização comunitária.

As publicações também foram analisadas em termos de seus objetivos propostos, que foram subdivididos em seis macro-objetivos⁴, a saber:

- a) Verificar o alinhamento de ações, programas e projetos com a Filosofia de Polícia Comunitária;
- b) Descrever papéis e atividades executadas em programas e projetos comunitários;
- c) Descrever e avaliar a implantação de programas, projetos e estratégias preventivas comunitárias;
- d) Avaliar o desempenho de unidades e de projetos preventivos comunitários;
- e) Analisar a viabilidade de implementação de projetos e programas preventivos comunitários;
- f) Avaliar as mudanças organizacionais provocadas pela adoção da filosofia de Polícia Comunitária.

O GRAF. 2 revela a distribuição por quantidade e em termos percentuais dos trabalhos perante estes objetivos.

⁴ Destaca-se neste momento, que o título destes 6 macro-objetivos não são exatamente iguais aos títulos presentes nas publicações. Estes macro-objetivos foram criados pelo pesquisador para ajudar no agrupamento por afinidades.

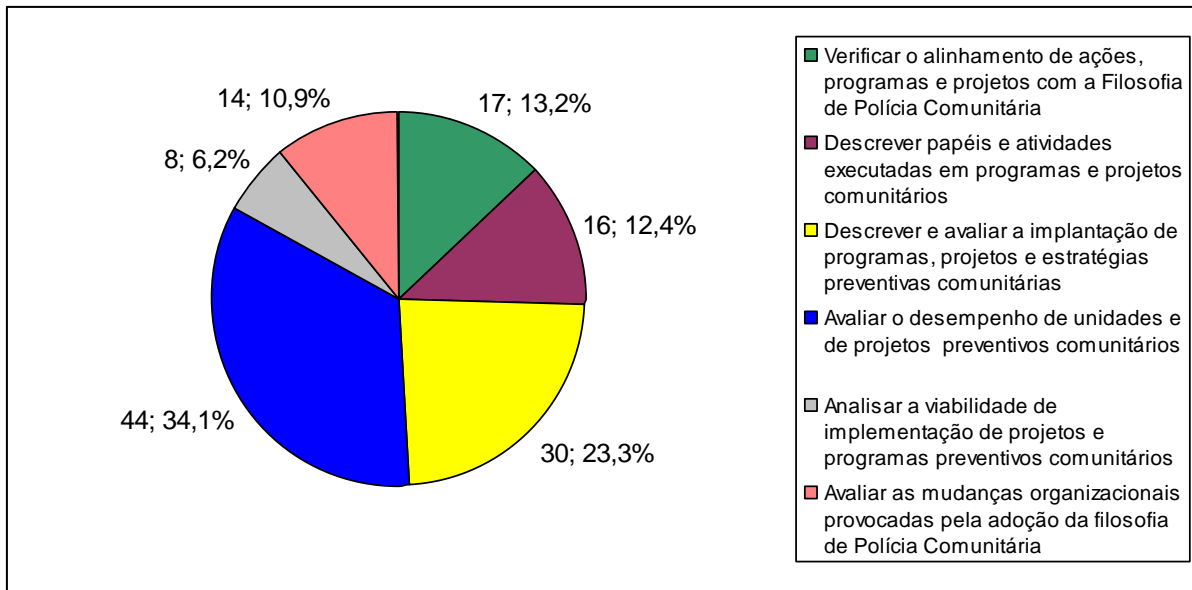


Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos por objetivo pretendido

O objetivo de 44 trabalhos, ou 34,1%, foi avaliar o desempenho de unidades e de projetos preventivos comunitários. Nessa categoria enquadram-se os trabalhos que buscavam de alguma forma verificar como estavam sendo desenvolvidos projetos e programas comunitários. Também foram considerados os trabalhos que avaliaram o desempenho de frações da Polícia Militar em ações de polícia comunitária.

É curioso e de se certa forma contraditório notar que, embora sejam poucos os trabalhos que abordem os indicadores de desempenho do policiamento comunitário, quase um terço dos trabalhos investigados pretendem avaliar o desempenho das unidades.

Em segundo lugar, com 30 trabalhos ou 23,3%, está o objetivo de descrever e avaliar a implantação de programas, projetos e estratégias preventivas comunitárias. Esse macro-objetivo se difere do primeiro porque busca avaliar os processos de implantação das estratégias comunitárias, apontando pontos facilitadores e obstáculos, ao passo em que aquele busca avaliar o desempenho, após as estratégias serem implantadas.

O terceiro objetivo mais freqüente, aparecendo em 13,2% dos trabalhos, ou 17, foi o de verificar o alinhamento de ações, programas e projetos com a filosofia de polícia comunitária. Nesse contexto, o objeto de estudo mais pesquisado foi o GEPAR, quatro vezes. Ou seja, em quatro monografias buscou-se verificar se as ações do GEPAR estavam alinhadas com a filosofia de polícia comunitária. Outros objetos de estudo também foram pesquisados, como a “setorização e a “atuação comunitária de companhias”. Vale destacar que os objetos estudados nesses 17 trabalhos obrigatoriamente estão dentre os arrolados nas tabelas 3, 4 e 5.

O objetivo de descrever papéis e atividades executadas em programas e projetos comunitários aparece em seguida, em 16 trabalhos ou 12,4%. Avaliar as mudanças organizacionais provocadas pela adoção da filosofia de Polícia Comunitária foi o objetivo de 14 monografias, que representam 10,9% do total. Por fim 6,2% dos trabalhos buscaram analisar a viabilidade de implementação de projetos e programas preventivos comunitários em contextos específicos.

4.1 Campos de pesquisa pouco explorados

Dentre os programas preventivos de polícia comunitária ainda há muito a ser pesquisado sobre o programa de controle de homicídios “Fica Vivo”. Estudado em três trabalhos, esse programa foi instituído no Estado de Minas Gerais em 2003 pelo Decreto n. 43.334, e busca reduzir a incidência de homicídios dolosos nas regiões com altos índices de criminalidade violenta. O programa tem se espalhado pelo interior de Minas Gerais, ainda assim, somente um trabalho faz relatos de seu processo de implantação e dos resultados colhidos.

Sobre o contexto de atuação e aspectos gerais, poucos trabalhos analisaram a relação entre os recursos humanos e a polícia comunitária. Contudo, o número de trabalhos realizados não condiz com a importância de se pesquisar o que pensam os policiais

sobre a polícia comunitária. Identificar seus preconceitos, verificar se conhecem a filosofia, se acreditam na eficácia do policiamento comunitário, entre outros.

Pesquisa sobre os indicadores de desempenho para avaliação do policiamento comunitário também não ganharam a devida importância. Todavia, a falta de capacidade da polícia em avaliar sua eficácia na inovação já foi apontada por Bayley e Skolnick (1986) como obstáculo para inovação de atividades referentes ao policiamento comunitário. Pode ser mais um campo a se avançar nas próximas pesquisas.

Pesquisas sobre os obstáculos enfrentados durante a implementação de programas de polícia comunitária também foram pouco exploradas. É importante identificar os óbices para se evitar ou minimizar seus efeitos.

A relação entre polícia comunitária e o policiamento ambiental e de trânsito rodoviário também são campos pouco estudados por policiais mineiros. O desenvolvimento de programas de polícia comunitária nessas modalidades de policiamento ainda é escasso, assim como as monografias relacionando esses assuntos. Vale destacar que Minas Gerais é o Estado com a maior malha rodoviária do país, além de possuir dimensões geográficas maiores que muitos países europeus.

Quanto às estratégias e ações preventivas, ainda há que se avancem os estudos sobre mobilização comunitária. Em determinados locais a comunidade evita a aproximação com a polícia, o que passa a ser um dos principais obstáculos enfrentados pela polícia comunitária. Novidades poderiam ser pesquisadas quanto aos fatores que interferem na disposição da comunidade em se relacionar com a polícia, como também estudos sobre os locais onde a mobilização comunitária é bem sucedida.

A Base Comunitária Móvel (BCM) e o policiamento a pé, importantes no estreitamento de laços entre polícia e comunidade, também possuem um amplo campo para pesquisa. Há também um vasto caminho a ser percorrido por quem deseja pesquisar sobre rádio-patrolhamento unitário e Posto de Policiamento Comunitário (PPC). O rádio-

patrulhamento unitário é tema bastante polêmico e sofre grande rejeição no meio policial. Os policiais justificam alegando que se sentem mais vulneráveis quando patrulham sozinhos em viaturas de quatro rodas.

Na próxima seção serão expostas as conclusões e sugestões que o trabalho permitiu que se chegassem.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de compreender as características e o status atual da produção científica sobre Polícia Comunitária desenvolvida na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais.

Para que esta pesquisa pudesse alcançar este objetivo foram estabelecidos três objetivos específicos. O primeiro objetivo foi o de classificar os trabalhos quanto: as suas origens (cursos), a natureza de pesquisa (qualitativa e/ou quantitativa), aos seus objetivos, ao objeto central e contexto geográfico de investigação.

Para o cumprimento deste objetivo foram realizadas várias visitas à biblioteca da APM, onde todas as monografias sobre polícia comunitária realizadas entre janeiro de 2000 e setembro de 2010 e disponíveis na biblioteca foram catalogadas, analisadas e tabuladas em planilha. Do processamento dos dados coletados pode-se chegar às conclusões abaixo.

O maior número de trabalhos foi elaborado por alunos do CESP, 70 monografias, seguido pelo CFO, com 45, e por último o CEGESP, com 14. Considerando o interesse pelo assunto em relação ao número de alunos de cada curso, o CESP também aparece na frente, pois, durante o período pesquisado, 608 alunos elaboraram suas monografias, sendo que 11,51% delas foi dedicada à polícia comunitária. Dentre os alunos do CFO essa relação foi de 8,44% e dentre os alunos do CEGESP de 6,54%.

A partir destes resultados é possível concluir que o tema Polícia Comunitária tem sido estudado principalmente por policiais que ocupam posições intermediárias ou de nível tático na organização.

Sobre o contexto geográfico de atuação, concluiu-se que 47% dos trabalhos pesquisaram o interior do Estado de Minas Gerais e 43% pesquisaram a Capital. Do

restante 7% se dedicaram a pesquisar todo o estado e 3% outros estados da Federação.

Ao todo, foram escritas 14.300 páginas sobre polícia comunitária nas 129 monografias pesquisadas. Todos os dados tabulados referentes à classificação dessas monografias estão disponíveis no Apêndice desse trabalho.

Outro resultado importante é que, contrariando a conclusão dos estudos de McKee (2001) que concluiu que a maior parte das pesquisas sobre polícia comunitária é de natureza qualitativa, esta pesquisa mostrou que uma grande parte dos trabalhos, 41,08% utilizou uma abordagem puramente quantitativa. Além disso, 45,74% do total procuraram combinar as abordagens qualitativas e quantitativas em suas análises.

É preciso ressaltar aqui, que esta pesquisa não se preocupou em analisar a qualidade técnica (qualidade dos questionários e outros instrumentos de coleta dados utilizados, cálculo e seleção de amostras, vieses de resultados, dentre outros) destes trabalhos de natureza quantitativa.

Um segundo objetivo específico da pesquisa foi o de descrever a evolução dos estudos sobre Polícia Comunitária no período de tempo delimitado, avaliando possíveis razões para o seu aumento ou diminuição. Os dados obtidos permitiram concluir que a produção acadêmica sobre Polícia Comunitária na APM teve um forte crescimento no período entre 2002 à 2007. Dentre as possíveis causas capazes de explicar este aumento dos trabalhos destaca-se a publicação de documentos normativos institucionais como as DPSSP n°. 04 e n°. 05 no ano de 2002.

Apesar da expressiva queda nos anos de 2008 e 2009, é possível concluir que o crescimento da produção acadêmica de polícia comunitária na APM segue uma curva de trajetória bastante similar da produção mundial sobre o tema, conforme conclusão do trabalho de Telep *et al.* (2008).

O terceiro e último objetivo específico foi o de identificar campos de pesquisa mal explorados que representariam oportunidades para futuras pesquisas.

Quanto aos programas, o “Fica Vivo” e a “Rede de Vizinhos Protegidos” representam boas oportunidades para futuras pesquisas.

Sobre o contexto de atuação há que se avançar em pesquisas sobre a relação entre recursos humanos e polícia comunitária e os indicadores de qualidade para avaliação do policiamento comunitário. Conforme visto na revisão bibliográfica, um fator crítico ao processo de inovação nas organizações policiais é a sua incapacidade de avaliar sua própria eficácia na inovação (BAYLEY & SKOLNICK, 1986).

No que tange às estratégias e ações preventivas, há muitas oportunidades de pesquisa sobre: mobilização comunitária; Base Comunitária Móvel; policiamento a pé e radio patrulhamento unitário.

Do exposto acima se conclui que o objetivo geral e todos os objetivos específicos desta pesquisa foram atingidos. Para tanto, algumas monografias disponíveis na biblioteca da APM foram de grande valia, dentre os quais merecem destaque: “A atuação do GEPAR no aglomerado Morro das Pedras” (Campolina, 2004); “A avaliação de resultados das ações preventivas de Polícia Comunitária em Belo Horizonte” (Silva, 2004); “Rede de Vizinhos Protegidos: Avaliação da participação comunitária na redução da criminalidade violenta nos bairros Silveira e Cachoeirinha” (Assis, 2008); “Os indicadores de qualidade para avaliação do policiamento comunitário na PMMG” (Oliveira, 2008).

Os trabalhos acima foram destacados devido à qualidade na sua elaboração, contribuindo sobremaneira para a elaboração deste. Seus autores são policiais defensores da doutrina de polícia comunitária e trataram de seus respectivos objetos de estudo com certo grau de pioneirismo na literatura policial mineira.

A principal dificuldade enfrentada no percurso do trabalho ocorreu na etapa de pesquisa das monografias. Não foi possível pesquisar todos os trabalhos previamente identificados, pois alguns deles não estavam disponíveis na biblioteca da APM. Foram identificados 164 trabalhos, contudo, apenas 129 foram pesquisados, uma vez que os 35 restantes não foram depositados na biblioteca da APM. A relação de monografias de conclusão de curso é entregue na biblioteca e passa a fazer parte do ementário, ainda que o aluno não a deposite após sua aprovação.

Após o alcance dos objetivos da pesquisa resta identificar as características da produção científica sobre polícia comunitária desenvolvidas pelos policiais militares de Minas Gerais, respondendo à pergunta que motivou este trabalho. As características encontradas em grande parte desses trabalhos são:

- Avaliação de desempenho da prevenção comunitária, seja relacionada a frações da polícia, seja relacionada a programas e projetos.
- Avaliação da implementação de ações voltadas para a polícia comunitária.
- Importância dos conselhos comunitários e do GEPAR como estratégias preventivas de sucesso.
- Importância do PROERD como programa preventivo.

Buscando uma constante melhoria na qualidade das monografias produzidas pela APM, bem como no acervo da biblioteca, sugere-se o seguinte:

a) Tornar obrigatório ao policial que concluir o CFO, CESP e CEGESP depositar seu trabalho monográfico na biblioteca, e criar mecanismo que possa controlar tal obrigação.

b) O centro responsável pela gestão da Biblioteca da APM deve desenvolver ferramentas que possam automatizar a coleta e processamento dos dados dos trabalhos. Isto permitiria ampliar bastante a caracterização da produção científica na PMMG.

c) Realizar periódica atualização desse estudo, bem como de trabalhos semelhantes aplicados em outras áreas da defesa social, tais como Direitos Humanos e treinamento policial.

REFERÊNCIA

ASSIS, João Carlos Figueiredo de. **Rede de Vizinhos Protegidos**: avaliação da participação comunitária na redução da criminalidade violenta nos bairros Silveira e Cachoeirinha. 2008. 119 f. Monografia (Especialização e Gestão em Segurança Pública) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2008.

BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome. **Policamento Comunitário** – Questões e práticas através do mundo. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP. 1 ed. 1. Reimpressão, 2006 (Série Polícia e Sociedade n. 6).

BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome. ***The New Blue Line: police innovation in six american cities***. New York: Free Press, 1986.

BEATO, Cláudio. **Ação e estratégia das Organizações Policiais**. III Seminário Brasileiro sobre Polícia e Sociedade Democrática, Rio de Janeiro: Fundação Ford, junho de 1999.

BEATO, Cláudio. Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. **CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública**, Belo Horizonte, 51 p. 2001. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos_publicacoes/reinventando.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2010.

BEATO, C. ; DA SILVA, B. F. A.; TAVARES, R. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 687-717, 2008.

BEATO, C.; SOUZA, E.; LEITE, K. R.; Da SILVA, B. F. FERNANDES, R. A.; SILVEIRA, A. M.; SOUZA, R. S. R. **IGESP – Uma solução viável e eficiente na execução da política pública de segurança**, Informativo CRISP, ano 5, n. 7, mar de 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Polícia Comunitária**. Portaria SENASP n. 014/2006 – Brasília, 2006. 502 p.

BRODEUR, Jean-Paul (Org). **Como reconhecer um bom policiamento**: problemas e temas. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP, 2002.

BUCQUEROUX, Bonnie; TROJANOWICZ, Robert C. **Policiamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

CAMPOLINA, Eduardo de Oliveira Chiari. **A atuação do Grupamento Especializado em Área de Risco (GEPAR) no aglomerado Morro das Pedras: uma análise crítica**. 2004. 136 f. Monografia (Especialização e Gestão em Segurança Pública) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2004.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. 165 p.

DIAS NETO, Theodomiro. Em busca de um conceito de “Nova Prevenção”. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, 2006. Disponível em < www.pgj.ma.gov.br/ampem/ampem1.asp >. Acesso em 05 jun. 2010.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 242 p.

FREITAS, Lauro Soares de. **Um estudo do planejamento de novos serviços preventivos de segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. Tradução de Marcello Rollemberg. São Paulo: USP, 2003.

GOLDSTEIN, Herman. **Problem Oriented Policing**. New York: McGraw-Hill, 1990.

KING, W. R. Measuring Police Innovation: issue and measurement. **An International Journal of Police Strategies & Management**. V. 23, n. 3, p. 303-317, 2000.

KING, W. R.; LAB, S. P. “Crime prevention, community policing and training: old wine in new bottles”, **Police Practice and Research**, v. 1, p. 241-251, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 315 p.

McKee, A. J. The community Policing Evaluation Survey: Reliability, Validity, and Structure. **American, Journal of Criminal Justice**. V. 25, n. 2, 2001.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos Coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 103-110, 2004.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43334**, de 20 de maio de 2003. Cria o programa de controle de homicídios de Estado de Minas Gerais. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/legislação>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais, 1989**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando de Policiamento da Capital. **Organiza e disciplina a nova malha protetora sobre Belo Horizonte**. Instrução n. 005/2005 – 8ª RPM. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral. **A Estruturação e o Funcionamento de Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEP**: Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública n. 05/2002. Belo Horizonte, 2002.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Comando Geral. **A Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais: Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública n. 04/2002**. Belo Horizonte, 2002. 72 p.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Comando Geral. **Polícia Comunitária**. Diretriz de Planejamento de Operações n. 3008. Belo Horizonte, 1993.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Estado Maior. **Rede de Vizinhos Protegidos**. Memorando n. 5063/08. Belo Horizonte, 2008.

MUNIZ, J; *et al.* Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social**, Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n.1, p. 197-213, maio 1997.

OLIVEIRA, Alexandre Magno de. **Os indicadores de qualidade para avaliação do policiamento comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais**. 2008. 154 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2008.

PITHAN, Denise Nunes et al. Caracterização da produção científica de áreas de conhecimento específicas: aplicação à gestão e economia da construção. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 7-18, jul. 2005.

RICCIO, Vicente; ZOUAIN, Deborah; ZAMITH, José Luís. Policiamento Comunitário: fator estratégico para implantação de política pública de segurança. **Revista Alcance**, v. 13, n. 3, p. 373-388, set. 2006.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 296 p.

ROLIM, M. Caminho para Inovação em Segurança Pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, pp. 32-47, 2007.

ROSENBAUM, D.; LURIGIO, A. J. An inside look at community policing reform: definitions, organizational changes, and evaluation findings. **Crime & Delinquency**. V. 40, n. 3, p. 299-314, 1994.

ROSENBAUM, D. Police Innovation Post 1980: Assessing Effectiveness and Equity Concerns in the Information Technology Era. **IPC Review**. V. 1: pages 11–44, Mar 2007. Disponível em <www.prevention-crime.ca>. Acesso em: 8 maio 2010.

SAPORI, Luiz Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da. **A avaliação de resultados das ações preventivas de Polícia Comunitária em Belo Horizonte: reflexões a respeito da aplicação de um modelo**. 2004. 131 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2004.

SOUZA, Elenice. **Avaliação do policiamento comunitário em Belo Horizonte**. 1999. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TELEP, C. W.; VARRIALEB, J. A; GIBBS J. C.; BARTHOLOMEW, B. Trends in police research: a cross-sectional analysis of the 2005 literature. **Police Practice and Research**. V. 9, n. 5, p. 445–469, Dec 2008.

WEISBURD, D.; BRAGA, A. (Org). **Police Innovation: contrasting perspectives**. Cambridge: University Press, 2006.

APÊNDICE A – Quadro 1

QUADRO 1

Principais pesquisadores internacionais sobre Polícia Comunitária e suas obras.

(Continua)

Os dez principais pesquisadores internacionais e sua produção acadêmica

Pesquisador	Principais estudos sobre Polícia Comunitária
Bonnie Bucqueroux	<ul style="list-style-type: none"> • Trojanowicz, R.C. and Bucqueroux, B. (1994), <i>Community Policing: How to Get Started</i>, Anderson, Cincinnati, OH. • Trojanowicz, R.C. and Bucqueroux, B. 1990. <i>Community policing: A contemporary perspective</i>. Cincinnati, OH:Anderson
David Bayley	<ul style="list-style-type: none"> • Bayley, D.H. (1988), "Community policing: a report from the Devil's advocate", in Greene, J. and Mastrofski, S. (Eds), <i>Community Policing: Rhetoric or Reality?</i>, Praeger Press, New York, NY, pp. 225-37. • Bayley, D. H. (1994). <i>Police for the future</i>. New York: Oxford University Press. • Bayley, D.H. and Shearing, C.D. (1996), "The future of policing", <i>Law and Society Review</i>, Vol. 30, n. 3, pp. 585-606. • Skolnick, J. H., & Bayley, D. (1987). <i>Community policing: issues and practices around the world</i>. Washington, DC: National Institute of Justice. • Bayley, D. (1994), International differences in community policing, in Rosenbaum, D.P. (1994), <i>The challenge of community policing: testing the promises</i>. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. • Skolnick, J.H. and Bayley, D.H. (1986), <i>The New Blue Line. Police Innovation in Six American Cities</i>, Free Press, New York, NY. • Bayley, D.H. (Working Paper) <i>Community policing in Australia: an appraisal</i>. Adelaide, Australia: National Police Research Unit. • Bayley, D.H. (1976) <i>Forces of Order: Police Behavior in Japan and the United States</i>. University of California Press: Berkeley, CA. • Skolnick, J., and D. Bayley. 1988. Theme and variation in community policing. In <i>Crime and justice: A review of research</i>, edited by M. Tonry and N. Morris. Vol. 10. Chicago: University of Chicago Press.
Dennis P. Rosenbaum	<ul style="list-style-type: none"> • Rosenbaum, D. P. (1994), <i>The challenge of community policing: testing the promises</i>. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. • Rosenbaum, D.P., Yeh, S. and Wilkinson, D.L. (1994), "Impact of community policing on police personnel: a quasi experimental test", <i>Crime and Delinquency</i>, Vol. 40, n. 3, pp. 331-53. • Rosenbaum, D. P. (1994), <i>The challenge of community policing</i>. Thousand Oaks, CA: Sage. • Rosenbaum, D. (1988). <i>Community crime prevention: a review and synthesis of the literature</i>. <i>Justice Quarterly</i>, 5, 323–395. • Rosenbaum, D.P. (1998), <i>The changing role of the police – assessing the current transition to community policing</i>, in Brodeur, J.P. (Ed.), <i>How to recognize good Polincing. Problems and Issues</i>, Sage Publications, London and New Delhi. • Rosenbaum, D. P., & Lurigio, A. J. (1994). An inside look at community policing reform: Definitions, organizational changes, and evaluation findings. <i>Crime and Delinquency</i>, 40, p. 299– 314. • Rosenbaum, D.P. et al. (1991) <i>Crime prevention, fear reduction, and the community</i>. In <i>Local Government Police Management</i>, 3rd Edn,

	<p>(Geller, W.A., Ed.). International City Management Association: Washington, DC. pp. 96-130.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rosenbaum, D.P., ed. 1986. <i>Community crime prevention: Does it work?</i> Beverly Hills: Sage Publications. • Rosenbaum, D.P., A.J. Lurigio, and R.C. Davis. 1998. <i>The prevention of crime: Social and situational strategies</i>. Belmont, California: West/Wadsworth Publishing Company. • Skogan, W.G., S.M. Hartnett, J.H. Lovig, J. DuBois, S. Houmes, S. Davidsdottir, R. VanStedum, M. Kaiser, D. Cole, N. Gonzales, S.F. Benett, P.J. Lavrakas, A.J. Lurigio, R.L. Block, D.P. Rosenbaum, S. Althaus, D. Whelan, T.R. Jounson, and L. Higgins. 1995. <i>Community policing in Chicago: Year two: An interim report</i>. Chicago: Illinois Criminal Justice Information Authority.
D. C. Gottfredson	<ul style="list-style-type: none"> • Sherman, L., Gottfredson, D., MacKenzie, D., Esk, J., Reuter, P., & Bushway, S. (1997). Preventing crime: What works, what doesn't and what's promising. A report to the US Congress. Prepared for the National Institute of Justice, United States of America: Department of Criminology and Criminal Justice, University of Maryland.
Jean-Paul Brodeur	<ul style="list-style-type: none"> • BRODEUR, Jean-Paul. Policiamento 'sob medida' um estudo conceitual: In: BRODEUR, Jean-Paul (Org.). Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. p. 56 – 79. (Série Polícia e Sociedade n. 4) • Brodeur, J.P. (1998), How to recognize good Polincing. Problems and Issues, Sage Publications, London and New Delhi.
Jack R. Greene	<ul style="list-style-type: none"> • Greene, J. and Mastrofski, S. (1988), Community Policing: Rhetoric or Reality: Praeger Press, New York, NY. • Greene, J. (1989), "Police officer job satisfaction and community perceptions: implications for community-oriented policing", Journal of Research in Crime and Delinquency, Vol. 26 No. 2, pp. 168-83. • Greene, J.R., Bergman, W.T. and McLaughlin, E.J. 1994. Implementing community policing. In D. Rosenbaum (Ed.), <i>The challenge of community policing</i> (pp. 92–109). Thousand Oaks, CA: Sage. • Greene, J. R. (1987). Foot patrol and community policing: past practices and future prospects. American Journal of Police, 6, 1 – 15. • Mastrofski, S.D. & Greene, J.R. (1993) Community Policing and the Rule of Law. In Police Innovation and Control of Police (Weisburd, D. & Uchida, C.D., Eds). Springer-er-Verlag: NewYork. pp. 80-102. • Greene, J.R. 1998. The road to community policing in Los Angeles: A case study. In <i>Community policing: Contemporary readings</i>, edited by G. Alpert and A. Piquero. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press. • Greene, J.R., and S.H. Decker. 1989. Police and community perceptions of the community role in policing: The Philadelphia experience. <i>Howard Journal of Criminal Justice</i> 22 (2) (May): 105–123. • Greene, J.R., M. Hickman, K. Henderson, R. Stokes, W. Pelfrey, and A. Piquero. 1999. <i>Measuring what matters: Assessing community police performance in Philadelphia</i>. Final Report. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice. • Greene, J.R., and C.B. Klockars. 1991. What police do. In <i>Thinking about police</i>. 2d ed. Edited by C.B. Klockars and S.D. Mastrofski. New York: McGraw-Hill. • Greene, J.R., and R. Stokes. 1998. Policing business districts: Problem solving in a different context. In <i>Problem-oriented policing: Crime-specific patterns, critical issues, and making POP work</i>, edited

	by T. O'Connor Shelly and A.C. Grant. Washington, D.C.: Police Executive Research Forum.
Jerome h. Skolnick	<ul style="list-style-type: none"> • Skolnick, J. H., & Bayley, D. (1987). Community policing: issues and practices around the world. Washington, DC: National Institute of Justice. • Skolnick, J.H. and Bayley, D.H. (1986), <i>The New Blue Line. Police Innovation in Six American Cities</i>, Free Press, New York, NY. • Skolnick, J., and D. Bayley. 1988. Theme and variation in community policing. In <i>Crime and justice: A review of research</i>, edited by M. Tonry and N. Morris. Vol. 10. Chicago: University of Chicago Press.
S. D. Mastrofski	<ul style="list-style-type: none"> • Greene, J. and Mastrofski, S. (1988), <i>Community Policing: Rhetoric or Reality?</i> Praeger Press, New York, NY. • Mastrofski, S.D. (1998), "Community policing and police organization structure", in Brodeur, J. (Ed.), <i>How to Recognize Good Policing: Problems and Issues</i>, Sage, Thousand Oaks, CA. • Mastrofski, S.D. & Greene, J.R. (1993) <i>Community Policing and the Rule of Law</i>. In <i>Police Innovation and Control of Police</i> (Weisburd, D. & Uchida, C.D., Eds). Springer-er-Verlag: NewYork. pp. 80-102. • C.B. Klockars and S.D. Mastrofski. <i>Thinking about police</i>. 2d ed. New York: McGraw-Hill. • Mastrofski, S.D., R.E. Worden, and J.B. Snipes. 1995. Law enforcement in a time of community policing. <i>Criminology</i> 33 (4): 539–555.
Robert Trojanowicz	<ul style="list-style-type: none"> • Trojanowicz, R.C. and Bucqueroux, B. (1994), <i>Community Policing: How to Get Started</i>, Anderson, Cincinnati, OH. • Trojanowicz, R.C. and Bucqueroux, B. 1990. <i>Community policing: A contemporary perspective</i>. Cincinnati, OH:Anderson. • Trojanowicz, R. and Belknap, J. (1986), <i>Community Policing: Training Issues</i>. The National Center for Community Policing, The National Neighborhood Foot Patrol Center, Michigan State University, East Lansing, MI. • Moore, M., and Trojanowicz, R. (1988). Corporate strategies for policing. <i>Perspectives on policing</i> 7. Washington, DC: National Institute of Justice. • Trojanowicz, R. (1990). Community policing is not police community relations. <i>FBI Law Enforcement Bulletin</i>, October, 6–11. • Trojanowicz, R., Benson, B., and Trojanowicz, S. (1988). <i>Community policing: University input into campus police policy-making</i>. Community Policing Series 14. National Neighborhood Foot Patrol Center, East Lansing: Michigan State University. • Trojanowicz, Robert e Pollard, Bonnie. <i>Community Policing: the line officer's perspective</i>. National Neighborhood Foot Patrol Center. Community Policing Series n° 11. Michigan State University, 1996. • Trojanowicz, Robert; Steele, Marilyn e Trojanowicz, Susan. <i>Community Policing: a taxpayer's perspective</i>. National Neighborhood Foot Patrol Center. Community Policing Series n° 7. Michigan State University, 1996. • Moore, M.H., R.C. Trojanowicz, and G.L. Kelling. 1988. Crime and policing. In <i>Perspectives on policing</i>. No. 2. NCJ 111460. Washington D.C.: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, and Harvard University.
Wesley G. Skogan	<ul style="list-style-type: none"> • SKOGAN, W. G. <i>Community policing: can it work?</i> Belmont: Wadsworth/Thomson Learning, 2004. • Lurigio, A.J. and Skogan, W.G. (1994), "Winning the hearts and minds of police officers: an assessment of staff perceptions of community

-
- policing in Chicago", *Crime and Delinquency*, Vol. 40, pp. 315-30.
- Skogan, W. G. (1978). Citizen satisfaction with police services: Individual and contextual effects [Special issue]. *Police Studies Journal*, 469– 479.
 - Skogan, W. G. (1987). *Disorder and community decline*. Evanston, IL: Northeastern University, Center for Urban Affairs and Policy Research.
 - Skogan, W. G. (1990). *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in American neighborhoods*. Berkeley: University of California Press.
 - Skogan, W. G. (1994). The impact of community policing on neighborhood residents: a cross-site analysis. In D. P. Rosenbaum (Ed.), *The challenge of community policing* (pp. 167– 180). Thousand Oaks, CA: Sage Publication.
 - Pate, A. M., Wycoff, M. A., Skogan, W. G., and Sherman, L. W. (1986). *Reducing fear of crime in Houston and Newark: A summary report*. Washington, DC: Police Foundation.
 - Wycoff, M. A., and Skogan, W. G. (1993). *Community policing in Madison: Quality from the inside out: An evaluation of implementation and impact*. Washington, DC: National Institute of Justice.
 - Skogan, W.G. and Hartnett, S.M. (1997), *Community Policing, Chicago Style*, Oxford University Press, New York, NY and Oxford.
 - Skogan, W. G., Hartnett, S. M., DuBois, J., Comey, J. T., Kaiser, M., & Loving, J. H. (1999). *On the beat: Police and community problem solving*. Boulder, CO: Westview Press.
 - Lurigio, A.J., and W.G. Skogan. 1998. Community policing in Chicago: Bringing officers on board. *Police Quarterly* 1 (1):1–25.
 - Skogan, W.G., S.M. Hartnett, J.H. Lovig, J. DuBois, S. Houmes, S. Davidsdottir, R. VanStedum, M. Kaiser, D. Cole, N. Gonzales, S.F. Benett, P.J. Lavrakas, A.J. Lurigio, R.L. Block, D.P. Rosenbaum, S. Althaus, D. Whelan, T.R. Jounson, and L. Higgins. 1995. *Community policing in Chicago: Year two: An interim report*. Chicago: Illinois Criminal Justice Information Authority.
-

APÊNDICE B – Lista das monografias consultadas

Título do trabalho	Ano	Autor
O Conselho Comunitário de Defesa Social no município de Contagem: um diagnóstico	2000	Jesimiel Macedo da Silva
Análise diagnóstica da atuação dos Conselhos Comunitários de Segurança em Juiz de Fora	2000	Maurício Silvino
Bike-Patrolha na cidade de Governador Valadares: análise e proposta	2000	John Wesley Ricardo de Oliveira
Conselho Municipal de Defesa Social: implementação e funcionamento	2000	Mauro Gregório da Silva
O atendimento a ocorrências assistenciais Pela PMERJ: demonstração inequívoca de um aspecto relevante da Polícia Comunitária	2000	Anderson Marcelo Pinheiro de Albuquerque
O policiamento à pé na região do 8.º CRPM: interação comunitária e suas limitações operacionais - um diagnóstico	2000	Maurício Gonçalves Vieira
Policiamento em bicicletas na orla marítima da cidade de João Pessoa: diagnóstico e análise crítica	2000	Romildo Alves de Oliveira
Planejamento Participativo das Estratégias de Polícia Preventiva na 8º RPM.	2001	Hércules de Paula Freitas
A eficácia do policiamento com bicicletas em Belo Horizonte	2001	Paulo Sérgio da Silva
O desenvolvimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) pela Polícia Militar de Minas Gerais: diagnóstico e proposta	2001	Paulo da Costa Júnior
Radiopatrulhamento Individual Motorizado em viatura de quatro rodas: Uma proposta para a Oitava Região de Polícia Militar	2001	José Pires Carneiro
O patrulhamento rural na área da Décima Companhia Independente como fator inibidor dos índices de criminalidade na zona rural	2002	Jair Antônio Pontes Neto
A viabilidade da implantação do PROERD na Polícia Militar do Estado de Sergipe a partir das experiências dos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina	2002	Alessandra Dielle Viana Rocha

Título do trabalho	Ano	Autor
Reflexos da implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública na atividade operacional desenvolvida em Belo Horizonte	2003	Fabiano Villas Bôas
A criminalidade escolar no município de Juiz de Fora e o trabalho preventivo do Grupamento Operacional Escolar - GOE: Diagnósticos e Propostas	2003	Lúcio Mauro Campos Silva
O exercício da polícia comunitária no município de Ubá	2003	Delfim Soares Giroto
A implementação do policiamento comunitário em Uberaba pelo 4º BPM - os desafios e as alternativas, frente a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública 04/02	2003	Márcio Constâncio da Silva
Análise dos óbices na implantação do Policiamento Comunitário no Aglomerado Morros das Pedras	2004	Ricardo Aparecido Nunes
A Participação Social na Implementação da Polícia Comunitária na Cidade de Montes Claros - MG (2002 - 2004)	2004	Jorge Bonifácio de Oliveira
A implantação do projeto Fica Vivo no aglomerado Morro das Pedras x Redução de homicídios: Uma análise dos fatores determinantes	2004	Mateus Pedroso Castelo Branco Casseiro Martins
A Filosofia de Polícia Comunitária na 7ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária-Análise da viabilidade da sua implementação e sedimentação no Anel Rodoviário de Belo Horizonte	2004	Helton Gonçalves Silva
Óbices ao processo de mobilização e implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública: uma análise na área do 31º BPM	2004	José César de Paula
A Atuação do Grupamento Especializado em Policiamento de Área de Risco - GEPAR no aglomerado Morro das Pedras - Uma análise Crítica	2004	Eduardo de Oliveira Chiari Campolina
O Policiamento Comunitário: A Companhia Fernão Capelo no Bairro Prado (Análise Crítica)	2004	Bruno Francisco da Cunha Gomes
O conhecimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o interesse pelo programa na comunidade escolar	2004	Edmilson Roberto Souza

Título do trabalho	Ano	Autor
Reflexos da rotatividade dos Comandantes de Companhia na implementação do modelo institucionalizado de polícia comunitária desenvolvido nos Conselhos Comunitários de Segurança Pública da cidade de Belo Horizonte	2004	Suely Gonçalves Campos Ferreira
O processo de implementação do policiamento comunitário na 3ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar: a experiência com o Projeto Quarteirão Seguro	2004	Anderson Guilherme da Silva
Análise da atuação do grupo especializado de policiamento em áreas de risco no aglomerado Morro das Pedras	2004	Anderson Maciel Gil
Estudo sobre a execução do policiamento comunitário na 17ª Companhia de Polícia Militar – 34º BPM	2004	Dimas Luiz Ferraz
Análise dos óbices na implementação do policiamento comunitário no bairro Parque das Torres em Juiz de Fora- MG	2004	Flávio José Costa
Análise do desempenho dos conselhos comunitários de segurança pública em Belo Horizonte	2004	Rodrigo Parreira Martins
A avaliação de resultados das ações preventivas de Polícia Comunitária em Belo Horizonte: Reflexões a respeito da aplicação de um modelo	2004	Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da Silva
O policiamento comunitário Rural no Distrito de Santana de Patos, Município de Patos de Minas	2005	José Roberto Moreira
A adoção da Filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Meio Ambiente como Estratégia para a preservação da Segurança Pública junto às colônias de pesca do Estado de Minas Gerais	2005	Adilson Moreira da Silva
Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública em Face da Mobilização Comunitária na área do Vigésimo Batalhão de Polícia Militar: Uma análise crítica	2005	Luiz Carlos Franco
O Diagnóstico Rápido, Participativo e Emancipador como instrumento de Intervenção Social no Âmbito da criminalidade na Cidade de Ubá	2005	Flávio Gonçalves Milagres
A utilização de estratégias de comunicação na mobilização comunitária nos aglomerados do Taquaril e Alto Vera Cruz	2005	Edylan Arruda de Abreu
Programa Jovens Construindo a Cidadania - uma ferramenta do policiamento comunitário	2005	Jarbas de Sousa Silva

Título do trabalho	Ano	Autor
Aplicação da filosofia de Polícia Comunitária pela Cia Fernão Capelo	2005	Aires Fernando Moreira Simões
O papel do Coordenador de Policiamento de Companhia no policiamento comunitário: Estudo de caso da 9ª Cia PM Esp	2005	Bruno Francisco dos Santos Maciel
Conselho Comunitário de Segurança Pública de Bom Despacho	2005	Bruno Marques Gontijo
A Visão da População dos Aglomerados Urbanos da Sub Área da 128 Cia Sobre a Atuação Comunitária da PM- Estudo de Caso	2005	Carlos Alves de Oliveira
Diagnóstico da Implantação do Policiamento Comunitário na 128ª Cia do 22 BPM	2005	Daniel Felipe Soares
O policiamento comunitário rural no Distrito de Santana de Patos, município de Patos de Minas	2005	José R. Moreira
Atuação do GEACAR no atendimento ao menor em situação de risco na área do 1º BPM	2005	Luís Antônio e Silva
O relacionamento do discente do CFO com a comunidade atendida pela Cia Fernão Capelo, segundo a filosofia de polícia comunitária	2005	Marcos Paulo Abranches Teixeira
A atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no Projeto Fica Vivo no Morro das Pedras através do Grupamento Especializado em Policiamento em Área de Risco	2005	Renato Quirino Machado Júnior
O Emprego da Ciclo Patrulha no policiamento ostensivo do Bairro Prado: Reflexos da sua atuação junto aos comerciantes	2005	Robson Romie Lopes Pereira
Análise da implantação da Patrulha de Prevenção Ativa na 125ª Companhia de Polícia Militar, do 22º Batalhão de Polícia Militar em conformidade com a Instrução 01/2004-8ª Região de Polícia Militar	2005	Rodrigo Alexandre Ramos
A Polícia Militar de Minas Gerais e o Projeto Juventude e Polícia	2006	Renato Martins Noronha
O Efeito do Policiamento por referência na Diminuição do Índice de Criminalidade no Município de Santa Luzia	2006	Luiz Henrique de Souza Magalhães
Utilização de Patrulhas Preventivas Motorizadas como ferramenta de Policiamento Comunitário na área do Segundo Batalhão de Polícia Militar em Juiz de Fora-MG	2006	Anselmo Fernandes da Silva

Título do trabalho	Ano	Autor
A atuação dos Militares dos Destacamentos e Sub-destacamentos da Área do 38º Batalhão de Polícia Militar em face da Filosofia de Polícia Comunitária	2006	José Maria Pereira
A eficiência da Patrulha Escolar como fator de prevenção e redução da Violência e Criminalidade nas escolas públicas das regiões Noroeste e Pampulha de Belo Horizonte	2006	André Luiz Mendes da Silva
A Patrulhas de Prevenção Ativa na 8ª RPM: análise de sua atuação	2006	Wolber Eustáquio Gonçalves dos Santos
Atuação da família no PROERD: uma análise	2006	Clésio César Pereira
Análise da atuação do Instrutor do Programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência (PROERD) e seus reflexos na melhoria do ambiente estudantil	2006	Francisco Gonçalves de Araújo
A visita tranqüilizadora como fator de prevenção criminal	2006	José Geraldo dos Santos
Análise da atuação do Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) na subárea da 24ª Cia Esp, do 16º BPM, face à filosofia de Polícia Comunitária	2006	Arley César dos Santos
O Projeto “Bom de Escola, Bom de Bola” como ferramenta de otimização da Polícia comunitária: análise de resultados	2006	Christian Pecinalli Mardones
Avaliação do projeto Artista da Paz do aglomerado do morro das pedras	2006	Edson Henrique Rabello de Souza Mendes
Análise da influência do Projeto Olho Vivo sobre a filosofia de Polícia Comunitária no hipercentro de Belo Horizonte	2006	Leandro José Dias Moreira
A influência da doutrina de polícia comunitária no recrutamento e seleção da PMMG	2006	Roger Vinicius Silva
A utilização das agremiações musicais como instrumento facilitador no relacionamento entre PMMG e comunidade	2006	Ronan Sassada Silva
A patrulha escolar da 125 Cia / 22 BPM: diagnóstico de sua atuação face aos pressupostos da filosofia de Polícia Comunitária	2006	Télvio Pereira da Silva
Análise e mensuração do programa educacional de resistência às drogas – PROERD- em São João Del Rei	2006	Vanderlei Aparecido A. Lima

Título do trabalho	Ano	Autor
Programa Jovens Construindo a Cidadania: Uma avaliação de sua Execução na Cidade de Piumh-i	2007	Sandro Wesley de Oliveira
Atuação do Programa Fica Vivo e do Grupamento Especializado em Áreas de Risco no Bairro Turmalina em Governador Valadares: análise sob a ótica da redução da criminalidade violenta.	2007	Luiz Carlos de Miranda de Menezes
A Atuação do Grupo Especializado em Policiamento em Área de Risco da Centéssima Octagéssima Companhia do Trigésimo Sexto Batalhão, em face da filosofia de Direitos Humanos, filosofia de Polícia Comunitária e Mobilização Social no período de 2005 à 2007 (Primeiro Semestre)	2007	Edimilson da Silva Sabino
Análise dos Núcleos de Prevenção Ativa na 6º RPM: Avaliação Qualitativa das Ações	2007	Flávio Marcos Valério
O Posto de Policiamento Comunitário como instrumento potencializador da sedimentação da Filosofia de Polícia Comunitária no município de Juiz de Fora/MG	2007	Luiz André de Sá
Conselho de Segurança Pública (CONSEP) como agente de controle social na área de segurança pública em Minas Gerais	2007	Paulo Starick
A Setorização (Desconcentração) do policiamento na área do 17º BPM, como um modelo de Gestão de Recursos Humanos e Materiais voltada para a polícia de resultados	2007	Arnaldo Pereira Júnior
A mobilização e motivação das lideranças comunitárias para exercício das atividades nos CONSEP da Sétima Região da Polícia Militar: Uma Avaliação	2007	Alcides Raimundo da Silva
Grupamento Operacional Escolar em Governador Valadares: um modelo de Policiamento para redução da criminalidade e violência nas escolas	2007	Fabrício Casotti
O Projeto Nosso Sul e seus reflexos na gestão da atividade de polícia ostensiva nas cidades que integram o 20º BPM	2007	Jaime André de Oliveira
O Policiamento Comunitário Distrital Escolar como estratégia de prevenção criminal na cidade de Teófilo Otoni	2007	Oswaldo da Silva Vieira
O Método de Resolução de Problemas na Segurança Pública na 11 RPM	2007	Nilton Roberto da Silva
Atuação do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco – GEPAR	2007	Murilo Ferreira dos Santos

Título do trabalho	Ano	Autor
O moto-patrolhamento de atendimento comunitário na 8ª Região da Polícia Militar	2007	José Carlos Felício
Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e Núcleos Comunitários de Defesa Civil no Sul de Minas: uma análise de seu funcionamento e de suas ações integradas com a Polícia Militar de Minas Gerais	2007	Ivan Raimundo Teixeira Alves
Estudo sobre a Patrulha Rural Na 13ª RPM	2007	Júlio Malta de Araújo
A Setorização do policiamento motorizado em consonância com a filosofia de Polícia Comunitária e sua aplicabilidade na aproximação da Comunidade e na prevenção da criminalidade na 8ª RPM	2007	Eduardo Domingues Barbosa
Descentralização na atividade de policiamento: uma análise sob o enfoque da Polícia Comunitária	2007	Leander Tostes de Castro Souza
Viabilidade de emprego do policiamento comunitário rural no município de Três Pontas	2007	Herik De Carvalho
Ação preventiva do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) junto a seus ex-alunos no Vale do Aço	2007	Marcinelli Cristina Faria
Programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência (PROERD) - Análise de resultados na cidade de Três Corações	2007	Marcos Antônio da Silva
Interação Comunitária: Diagnóstico da aceitação social ante as ações e operações da Polícia Militar de Minas Gerais realizadas na área do 31º BPM	2007	Samir Muci Alcici
Análise da implantação do projeto rede de vizinhos protegidos	2007	Rodrigo Victor Foureaux Soares
Análise das estratégias de atuação operacional desenvolvidas pela PMMG no controle da criminalidade em São João Del Rei e Santa Cruz de Minas	2007	Cristiano Ferreira de Oliveira
Análise da atuação da Polícia Militar de Minas Gerais em aglomerados subnormais com foco na atuação do grupo especializado em policiamento de áreas de risco (GEPAR)	2007	Antônio Hot Pereira de Faria
Análise da relação existente entre a redução dos índices de criminalidade e a sensação de insegurança da população do Bairro Sagrada Família	2007	Márcio Antônio Teixeira
Mobilização social das comunidades universitárias para o policiamento comunitário	2007	Felipe Gouvêa Rocha

Título do trabalho	Ano	Autor
Avaliação do Programa Educacional: "Garotos para a Paz", na Cidade de Piumhi-MG, nos anos de 2002 a 2006	2007	Joel da Rocha Silva
A Inserção do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco no Aglomerado da Pedreira Prado Lopes como forma de controle do crime de homicídio consumado e de fortalecer a participação da PMMG no Sistema Integrado de Defesa Social	2008	Juares de Sousa Ferreira
Operacionalização dos Procedimentos do Policiamento Comunitário em Teófilo Otoni - Perspectiva	2008	Evandro Ferreira Neves
Os indicadores de qualidade para avaliação do Policiamento Comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais	2008	Alexandre Magno de Oliveira
A setorização da cidade de Ipatinga/MG e a conseqüente criação dos conselhos comunitários de segurança pública: reflexos no relacionamento entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a comunidade	2008	Valdeir de Freitas
Mobilização comunitária na área de atuação do 9º Batalhão da Polícia Militar: nuances e atual situação para fins de mobilização da comunidade para a criação dos Conselhos de Segurança Pública	2008	Janderson Garcia de Almeida
Análise das dificuldades e soluções encontradas pelos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, durante o desenvolvimento do programa na 4ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2007.	2008	José Antônio Mendes
Análise do Programa de Policiamento Comunitário do Grande Santos Reis em Montes Claros - MG com foco no princípio de policiamento descentralizado e personalizado	2008	Guilherme Miranda Rocha
O patrulhamento rural no município de Uberaba: análise, resultados e a influência na redução da criminalidade e da insegurança no ano de 2007	2008	José Luiz da Costa
Ocorrências envolvendo perturbação do sossego público na cidade de Barbacena - atuação da Polícia Militar fundamentada na filosofia de Polícia Comunitária	2008	José Antônio Andrade da Silva
A aplicação da filosofia de polícia comunitária na atividade especializada de policiamento de meio ambiente da oitava região de polícia militar	2008	Edgard Antônio de Souza
A atuação do Policiamento Comunitário em grandes Centros. "Se essa rua fosse minha" Uma experiência em Juiz de Fora	2008	Roberto Inácio Mendes Câmara
Projeto Comunidade Viva Em Ação: medidas de prevenção criminal nos aglomerados Carapina e Querosene em Governador Valadares/MG	2008	Célio Alves de Menezes Júnior

Título do trabalho	Ano	Autor
Programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência (PROERD): Análise da percepção dos principais atores sobre o programa em Contagem e Uberlândia	2008	Sérgio P. Gomes da Silva
A Rede de Vizinhos Protegidos no Bairro Bandeirantes em Belo Horizonte	2008	Roberto Fonseca de Oliveira
Rede de Vizinhos Protegidos. Avaliação da participação comunitária na redução da criminalidade violenta nos bairros Silveira e Cachoeirinha	2008	João Carlos Figueiredo Assis
A setorização do policiamento na cidade de Lavras, sob o foco da gestão pública orientada por resultados	2008	Jean Beethoven de Freitas
O processo de concessão de recompensas como fator motivacional do militar na PMMG em face do modelo de policiamento comunitário	2008	Carlos Henrique Bragança dos Santos
A atribuição de responsabilidade territorial como estratégia gerencial para ações de polícia comunitária	2008	Marcos César Rodrigues Alves
Atuação da base comunitária móvel na área do 13º BPM em face da instrução 02/2005 – 1º RPM	2008	Richard Rausch Géa Silva
Análise da sensação de segurança no bairro renascença em decorrência da implantação do projeto rede de vizinhos protegidos	2008	Ruanlemborg Ferreira Marques
Análise do GEPAR no aglomerado Cabana Pai Tomás	2008	Herbert Feital Júnior
Projeto Adolescente Cidadão do 28º BPM de Minas Gerais: Uma análise propositiva	2008	José Reinaldo Parreira
A atual estrutura do CONSEP em Belo Horizonte: Uma avaliação a partir das expectativas da Polícia Militar de Minas Gerais	2009	Joaquim Adelson Cabral de Souza
Policiamento Comunitário no Aglomerado da Serra: Análise acerca da possibilidade de instalação de posto fixo do GEPAR	2009	Walter Gonzaga
Patrulhamento rural em Unaí/28º BPM: uma análise de seu impacto nos índices de criminalidade nos anos de 2007 e 2008	2009	Rogério Gonçalves Caixeta
O policiamento escolar como medida de segurança preventiva, sua percepção e contribuição no processo de ensino nas escolas da rede pública estadual da Região Norte de Belo Horizonte	2009	Jonas Rodrigues dos Santos

Título do trabalho	Ano	Autor
Avaliação da gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) nas unidades da 11ª Região de Polícia Militar	2009	Selma Alves da Fonseca Freitas
Participação da Polícia Militar em projetos sociais e seus reflexos na imagem institucional: o caso da cidade de Juiz de Fora	2009	Paulo Alex Moreira Silveira
Análise sobre os reflexos na segurança pública em virtude do projeto Rede de Vizinhos Protegidos, implementado pela 173ª Companhia da Polícia Militar do 27º Batalhão da Polícia Militar	2009	Edmar Pires
O Radiopatrulhamento Motorizado Unitário em Viaturas de Quadro Rodas: análise	2009	Marco Aurélio dos Santos
O uso de indicadores de desempenho para avaliar o policiamento comunitário desenvolvido pela Base Comunitária Móvel	2009	Ademir Corrêa da Silva Júnior
A atuação das Patrulhas de Prevenção Ativa da 3ª Cia PM Especial do 1º Batalhão de Polícia Militar face às estratégias de policiamento	2009	Adilson Pereira de Souza
Projeto Jandira: viabilidade de esforços conjuntos	2009	Marco Túlio Resende
A Atuação da Ronda Comunitária no que concerne aos Princípios de Polícia Comunitária sistematicamente adotados pela PMES	2009	Fabrício Borlot Soares
Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Oitavo Batalhão: Estratégias de comunicação social utilizadas no processo de mobilização comunitária	2009	Luís Antonio da Silva